



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

BOLETIM DE TRABALHO

DO RIO GRANDE DO SUL

V. 8 N. 2

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Gabriel Vieira de Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Danielle Calazans

Secretário Adjunto: Felipe Moreira Cruzeiro

Subsecretária de Planejamento: Carolina Mor Scarparo

Subsecretário Adjunto: Alessandro Castilhos Martins

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Tomás Pinheiro Fiori

Diretor Adjunto: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

V. 8, N. 2, junho 2026

Porto Alegre, RS

Bol. Trab.	Porto Alegre	v. 8	n. 2	p. 1-35	jun. 2026
------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 20.º andar

Porto Alegre - RS - 90119-900

Fone: (51) 3288-1196

E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Tomás Pinheiro Fiori

Chefe da Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

Equipe Técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Raul Luís Assumpção Bastos

Revisão Técnica: Martinho Roberto Lazzari

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho – Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

O Boletim de Trabalho oferece, trimestralmente, análises sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, aprofundando, a cada edição, algum aspecto referente à força de trabalho e à ocupação, em dimensões como os rendimentos, o perfil demográfico dos trabalhadores e as diferentes formas de inserção no mercado.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2026	7
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	7
1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL	9
1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	12
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS	16
1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
2 O EMPREGO FORMAL GAÚCHO: MENOR CRESCIMENTO DO PAÍS E HETEROGENEIDADE REGIONAL	20
2.1 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL, NO RS E NAS DEMAIS UFs ...	21
2.2 DESEMPENHO SETORIAL DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO GAÚCHO	24
2.3 ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES ADICIONAIS INCORPORADOS AO EMPREGO FORMAL	27
2.4 DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO CRESCIMENTO DO EMPREGO NO RS	30
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34

SUMÁRIO EXECUTIVO

Na **seção 1**, elaborada com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam-se evidências do comportamento de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho do estado no primeiro trimestre de 2026, em perspectiva comparada com os de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e o do País. Com indicadores selecionados do mercado de trabalho, procurou-se, também, identificar a evolução da posição relativa do RS, no período, ante as de todas as unidades da Federação (UFs).

A taxa de participação na força de trabalho do RS, no primeiro trimestre de 2026, foi de 65,6%, mantendo-se estável tanto na margem quanto na comparação interanual. Em ambas as referências comparativas, o indicador também se manteve estável em SC, no PR e no país, enquanto, em SP, na margem, se elevou. O RS tinha, no primeiro trimestre de 2025, a sexta maior taxa de participação na força de trabalho entre as UFs e, no primeiro trimestre de 2026, passou a ter o sétimo maior nível desse indicador.

O nível de ocupação do RS, no primeiro trimestre de 2026, seja na margem, seja na referência comparativa interanual, permaneceu estável em 62,9%. O indicador, em ambas as referências comparativas, também se manteve estável em SC e no PR; na comparação interanual, no primeiro trimestre de 2026, o nível de ocupação elevou-se em SP e no âmbito nacional. O estado possuía o quinto maior nível de ocupação entre as UFs no primeiro trimestre de 2025 e, no primeiro trimestre de 2026, passou a ter o sexto maior nível de ocupação.

A taxa de informalidade, no primeiro trimestre de 2026, tanto em relação ao trimestre anterior quanto em termos interanuais, manteve-se estável no RS (30,2%), assim como em SC, no PR e em SP; no país, na referência comparativa interanual, apresentou queda. O RS permaneceu, tanto no primeiro trimestre de 2025 quanto no de 2026, com a quinta menor taxa de informalidade entre as UFs.

A taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2026, ante o quarto trimestre de 2025, manteve-se estável no RS (4%), assim como no PR, ao passo que evidenciou aumento em SC, em SP e no país. Na referência comparativa interanual, no primeiro trimestre de 2026, o indicador registrou redução no RS (-1,3 ponto percentual, -77 mil desocupados) e no país, enquanto, em SC, no PR e em SP, permaneceu estável. O RS manteve-se com a sétima menor taxa de desocupação entre todas as UFs, na comparação do primeiro trimestre de 2025 com o de 2026.

A taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, no primeiro trimestre de 2026, em comparação ao quarto trimestre de 2025, manteve-se estável no RS (6,5%), em SC e no PR; de forma distinta, elevou-se em SP e no país. Na referência comparativa interanual, no primeiro trimestre de 2026, o indicador registrou queda no RS (-1,8 ponto percentual) e no plano nacional, enquanto, em SC, PR e SP, permaneceu estável. O RS possuía, no primeiro trimestre de 2025, a oitava menor taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas e, no primeiro trimestre de 2026, passou a deter o sétimo menor nível do indicador. Destaca-se ainda que, no primeiro trimestre de 2026, em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior, o RS, assim como o país, apresentou queda bastante acentuada de seu contingente de pessoas desocupadas e subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, o que não se verificou em SC, no PR e em SP.

O rendimento médio mensal real habitual dos ocupados, no primeiro trimestre de 2026, na margem, manteve-se estável no RS (R\$ 4.127), assim como em SC, no PR e em SP, enquanto, no país, teve variação positiva. Na referência comparativa interanual, no primeiro trimestre de 2026, o indicador registrou variação positiva no RS (5,5%), no PR e no âmbito nacional; em SC e em SP, permaneceu estável.

O coeficiente de Gini do rendimento médio mensal real habitual dos ocupados, no primeiro trimestre de 2026, ante o mesmo trimestre de 2025, registrou uma leve queda no RS, tendo passado de 0,4536 para 0,4505. Nessa mesma base comparativa, o indicador evidenciou uma leve redução em SC, aumentos no PR e no país; em SP, ficou praticamente estável. O RS detinha, entre as UFs, o nono menor coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual no primeiro trimestre de 2025 e, no primeiro trimestre de 2026, passou a ter o oitavo menor coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual.

A massa de rendimento mensal real habitual dos ocupados manteve-se estável no RS, no primeiro trimestre de 2026, na margem, em R\$ 23,9 bilhões. O indicador também permaneceu estável, na mesma referência comparativa, nos demais estados da Região Sul, em SP e no país. Ao se cotejar a massa de rendimento mensal real habitual do primeiro trimestre de 2026 com o de 2025, esta registrou variações positivas no RS (6,1%), em SC, no PR e no plano nacional; em SP, permaneceu estável. Nos casos do RS e do PR, nessa última base comparativa, o desempenho positivo do indicador foi determinado, exclusivamente, pelo aumento do rendimento médio mensal real habitual, dado que nela o contingente de ocupados se manteve estável.

Na **seção 2**, realiza-se uma análise mais desagregada dos movimentos do mercado formal de trabalho no Rio Grande do Sul, tomando como referência o agregado do país e as demais UFs. A principal fonte de dados é o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), cuja última informação disponível refere-se a abril de 2026. Acessoriamente, recorre-se à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2025. Essas duas bases estatísticas consolidam registros administrativos e são produzidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A dinâmica do emprego formal nos últimos 12 meses caracterizou-se pelo aprofundamento da desaceleração do crescimento tanto no nível nacional — em que o percentual atingido entre abr./2025 e abr./2026, de 2,3%, foi o menor da série anualizada desde o segundo trimestre de 2021 — quanto no estadual — também, nesse caso, o mais baixo no mesmo recorte temporal e cerca de metade do brasileiro: 0,6%. Também no tratamento por números-índices mensais dos estoques de empregos, utilizando-se como base a média de 2020 = 100, constatou-se a progressiva defasagem do ritmo de crescimento do mercado formal gaúcho em comparação ao do agregado do país. Em abril último, o índice do estado, de 119,2, equivalia a 94% do brasileiro (127,5). O RS, ademais, encontrava-se na última posição no ordenamento das variações do emprego formal entre as 27 UFs, tanto nos últimos 12 meses como no arco de 72 meses desde o primeiro abril da série do Novo Caged, o de 2020, até o mesmo mês de 2026.

Setorialmente, o saldo de 16,7 mil postos formais produzido no estado nos últimos 12 meses deveu-se, fundamentalmente, aos 22,6 mil empregos adicionais em serviços, coadjuvados por 2 mil na agropecuária, enquanto construção e comércio permaneceram estagnados, e a indústria sofreu perda de 7,6 mil vínculos de trabalho legalizado (-1% de variação de seu estoque). Já no intervalo abr./2020-abr./2026, as variações do emprego nesses grandes grupamentos mostraram menos dispersão: seus contingentes cresceram entre um mínimo de 15,5% (indústria) e um máximo de 23,3% (serviços). Ao longo desses 72 meses, os dois setores mencionados, que são os principais empregadores, inverteram suas posições no ordenamento dos percentuais de expansão: até 2023, era a indústria a ostentar o maior crescimento relativo, e serviços a ocupar a quinta e última posição.

Tomando-se as divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), nos últimos 12 meses, no RS, registraram-se as maiores perdas absolutas na indústria coureiro-calçadista (-5,9 mil vínculos), em obras de infraestrutura (-2,2 mil), na fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (-2,1 mil) e em máquinas e equipamentos (-1,7 mil). As expansões mais substantivas, em número de vínculos formais de trabalho, verificaram-se na indústria de alimentos (5,1 mil postos), em serviços de escritório (4,4 mil) e na atenção à saúde humana (3,5 mil).

A distribuição do pequeno adicional de 16,7 mil empregos do mercado formal de trabalho gaúcho foi acompanhada por — e pode ter influenciado — uma exacerbação de vieses que vêm sendo apontados nas sucessivas análises trimestrais do boletim: desta vez, o predomínio das mulheres chegou a extraordinários 96,2%, e o saldo verificado para a soma das duas faixas etárias mais jovens, que abarca os trabalhadores com até 24 anos, foi 3,7 vezes maior (61,5 mil) do que o saldo global. Todas as demais coortes passaram por retração, considerando-se o cômputo entre admissões e desligamentos (procedimento que tem limitações, mas serve como indicação de tendências). Quanto à escolaridade, prosseguiu a sobrerrepresentação dos trabalhadores com ensino médio completo na elevação do emprego, em detrimento não apenas dos menos escolarizados, mas também daqueles com nível superior.

Regionalmente, a distribuição territorial do emprego formal criado nos últimos 12 meses evidencia a liderança, em percentuais de crescimento, da porção norte-nordeste do estado, com destaque para a Região Funcional (RF) 9 e, dentro dela, o Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Nordeste. Retrações significativas ocorreram nos Coredes Alto Jacuí (-2,7%), Central (-1,1%) e Alto da Serra do Botucarái (-1,1%) — todos esses da RF 8 (Central) — e no Corede Paranhana-Encosta da Serra (-2,1%), da RF 1 (Metropolitana Delta do Jacuí).

As evidências analisadas nas duas seções do boletim parecem não ter uma convergência plena, ou, ao menos, imediatamente reconhecível. A posição relativa do estado, no conjunto das 27 UFs, em indicadores como taxa de desocupação, nível de ocupação, informalidade ou subutilização é bastante confortável, e esses indicadores mostraram estabilidade, quando não melhoraram na conjuntura mais recente. Por outro lado, quando se trata da cadência de ampliação do emprego formal, o Rio Grande do Sul tem-se mantido recorrentemente na 27.^a e última colocação. Como elementos potencialmente úteis para enfrentar essa tensão analítica, aponta-se, em primeiro lugar, a dimensão demográfica: o território gaúcho teve a quinta menor elevação da população residente total entre os Censos de 2010 e de 2022; ademais, entre 2020 e 2026, intervalo coberto pelo Novo Caged, a população potencialmente ativa (de 15 a 64 anos) só se retraiu em duas UFs, sendo a taxa do RS a mais intensa (-2,5%). Em segundo lugar, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), na média das variações anuais entre 2002 e 2023, atingiu o seu mais baixo percentual no estado.

1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2026¹

O mercado de trabalho do Rio Grande do Sul manteve a tendência de melhora de parte de seus principais indicadores no quarto trimestre de 2025 (Boletim de Trabalho [...], 2026). Nesse sentido, no quarto trimestre de 2025, na comparação interanual, houve queda da taxa desocupação, com o que o indicador atingiu o menor nível da sua série temporal. O contingente de desocupados do estado, na mesma referência comparativa, também registrou uma importante retração. Outra manifestação de melhora no mercado de trabalho do RS nesse trimestre foi a redução da informalidade, tanto da taxa quanto do contingente de ocupados informais. O comportamento favorável desses indicadores do mercado de trabalho do estado foi concomitante ao desempenho positivo da economia do RS, cujo Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,1% na comparação do quarto trimestre de 2025 com o mesmo trimestre do ano anterior (Conceição; Lazzari; Fantinel, 2026).

Nesta seção, apresentam-se evidências de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho do estado no primeiro trimestre de 2026, em perspectiva comparada com os de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e os do país. Com indicadores selecionados do mercado de trabalho, compara-se também a evolução da posição relativa do estado, no período, ante as de todas as unidades da Federação. Esta seção, elaborada com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), encontra-se organizada em cinco subseções: participação na força de trabalho; nível de ocupação e trabalho informal; subutilização da força de trabalho; rendimentos dos ocupados; e, por último, as considerações finais.

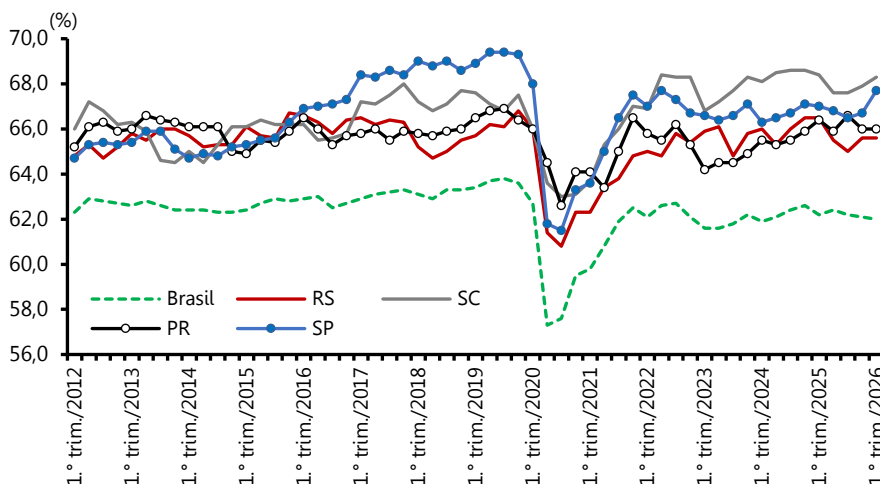
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

A taxa de participação na força de trabalho (TPFT)² iniciou um processo de recuperação a partir do quarto trimestre de 2020, chegando a situar-se, no RS, em 66,5% no quarto trimestre de 2024 (**Gráfico 1**). Esse nível do indicador ficou próximo do pico de sua série temporal no estado, verificado no quarto trimestre de 2019, 66,8%. No primeiro trimestre de 2026, a TPFT no RS foi de 65,6%, mantendo-se estável tanto na margem quanto na comparação interanual, uma vez que a sua oscilação não tem significância estatística. Em ambas as referências comparativas, o indicador também se manteve estável em SC (68,3%), no PR (66%) e no país (62%), enquanto, em SP, na margem, elevou-se 1 ponto percentual (p.p.), situando-se em 67,7%. Tomando-se como base de comparação o primeiro trimestre de 2019 — período que antecede a pandemia de COVID-19 —, entre o RS, os demais estados da Região Sul, SP e o país, somente em SC a TPFT se encontrava em nível mais elevado no primeiro trimestre de 2026.

¹ Esta seção foi elaborada com dados disponíveis até 14 de maio de 2026.

² A **taxa de participação na força de trabalho** é obtida pela divisão da força de trabalho pela População em Idade de Trabalhar, sendo expressa em termos percentuais (ILO, 2016). O indicador mede, assim, a parcela relativa de pessoas de 14 anos ou mais de idade — delimitação etária adotada pela PNAD Contínua — que está no mercado de trabalho, seja na condição de ocupada, seja na de desocupada.

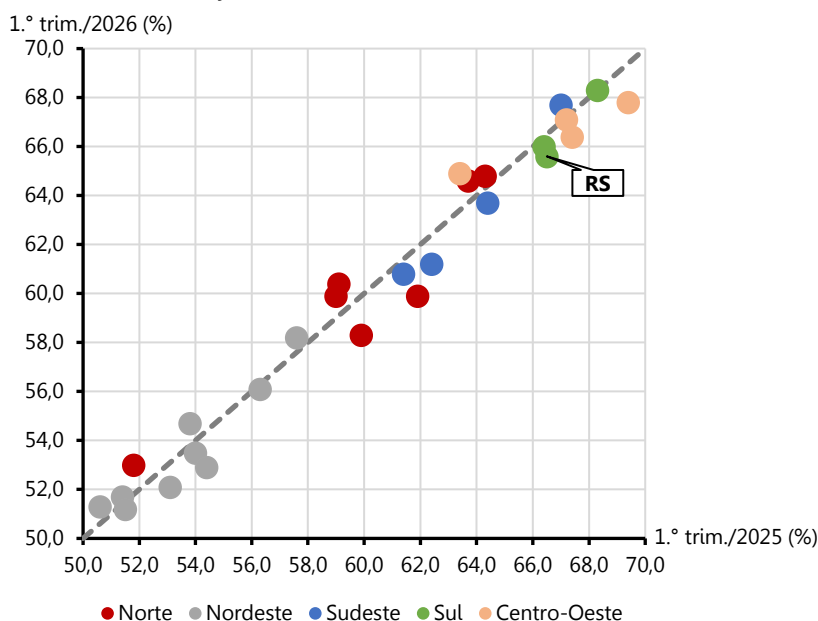
Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2026



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

Por meio das evidências apresentadas no **Gráfico 2**, é possível verificar a evolução da posição relativa do nível da TPFT do RS ante as de todas as UFs, na comparação do primeiro trimestre de 2025 com o de 2026. Nesse gráfico de dispersão, a TPFT do primeiro trimestre de 2025 está sendo medida no eixo horizontal, e a do primeiro trimestre de 2026, no eixo vertical. Dessa forma, os pontos no Gráfico 2 contêm a TPFT de cada UF nesses dois períodos. Quanto mais à direita estiver o ponto no gráfico de dispersão, maior será o nível do indicador da UF no primeiro trimestre de 2025 e, quanto mais acima, maior será o seu nível no primeiro trimestre de 2026. Conforme se pode constatar no Gráfico 2, o RS detinha, no primeiro trimestre de 2025, a sexta maior TPFT, uma vez que cinco pontos se situam à sua direita, os quais correspondem a SC, SP, MT, GO e DF. Já no primeiro trimestre de 2026, o RS passou a deter a sétima maior TPFT, dado que seis pontos se localizam acima de sua posição no gráfico de dispersão, os quais representam SC, PR, SP, MT, GO e DF.

Gráfico 2 - Taxa de participação na força de trabalho, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 1.º trim./2025 e 1.º trim./2026



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

A força de trabalho (FT) no RS foi de 6.143 mil pessoas no primeiro trimestre de 2026, permanecendo estável tanto na comparação com o trimestre anterior quanto na interanual (**Tabela 1**). Nessa última referência comparativa, o indicador registrou variações positivas em SC (1,7%), em SP (1,3%) e no país (0,4%); no PR, manteve-se estável. Por meio das evidências apresentadas na Tabela 1, constata-se que, somente no RS, o contingente de pessoas na FT estava, no primeiro trimestre de 2026, em nível levemente inferior ao do mesmo trimestre de 2019, uma referência comparativa anterior à pandemia de COVID-19.

Tabela 1 - Força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DIS- CRIMI- NA- ÇÃO	FORÇA DE TRABALHO (1.000 pessoas)									VARIACÃO %	
	1.º	1.º	1.º	1.º	1.º	1.º	1.º	4.º	1.º	1.º Trim./2026	1.º Trim./2026
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2025	Trim./2026	4.º Trim./2025	1.º Trim./2025
Brasil ..	106.273	106.263	102.339	107.224	107.257	108.826	108.077	108.501	108.555	0,1	(1) 0,4
RS	6.164	6.197	5.925	6.204	6.262	6.261	6.198	6.145	6.143	0,0	-0,9
SC	3.920	3.896	3.794	3.990	4.042	4.205	4.554	4.590	4.632	0,9	(1) 1,7
PR	6.098	6.085	6.057	6.188	6.121	6.305	6.438	6.471	6.485	0,2	0,7
SP	25.832	25.654	24.419	25.892	25.965	26.150	25.780	25.788	26.116	(1)1,3	(1) 1,3

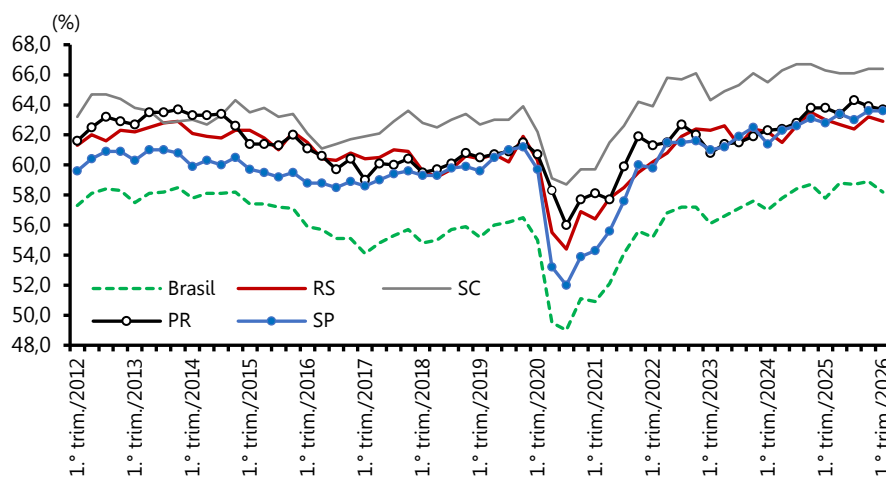
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL

Após a queda abrupta no segundo e no terceiro trimestre de 2020, no pior momento da pandemia de COVID-19 para o mercado de trabalho, o nível de ocupação (NO)³ do RS ingressou em uma trajetória de recuperação, atingindo o novo pico de sua série temporal no quarto trimestre de 2024, 63,5% (**Gráfico 3**). Esse desempenho do indicador ao final de 2024 foi um tanto inesperado, devido à calamidade climática ocorrida no estado em maio do mesmo ano e aos seus impactos negativos sobre a atividade econômica (Boletim de Conjuntura [...], 2024). No primeiro trimestre de 2026, o NO do RS, seja na margem, seja na referência comparativa interanual, permaneceu estável em 62,9%. O indicador, em ambas as referências comparativas, também se manteve estável em SC (66,4%) e no PR (63,7%). Na comparação interanual, no primeiro trimestre de 2026, o NO elevou-se de 62,8% para 63,6% em SP e de 57,8% para 58,2% no âmbito nacional.

Gráfico 3 - Nível de ocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2026

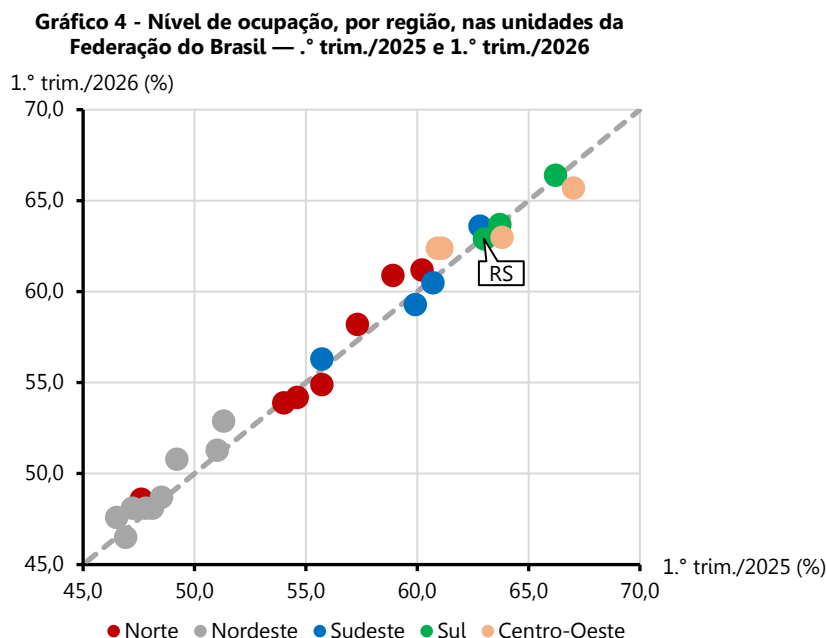


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

Pode-se conhecer a evolução da posição relativa do NO do RS em comparação às de todas as UFs por meio das evidências contidas no **Gráfico 4**. Nesse gráfico de dispersão, o NO do primeiro trimestre de 2025 está medido no

³ O **nível de ocupação** é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela População em Idade de Trabalho, sendo expresso em termos percentuais (ILO, 2016).

eixo horizontal, e o do primeiro trimestre de 2026, no eixo vertical. Como se pode identificar, no primeiro trimestre de 2025, o RS possuía o quinto maior NO, dado que existem quatro pontos à sua direita, os quais representam os estados de SC, PR, MT e GO. No primeiro trimestre de 2026, o RS passou a ter o sexto maior NO entre as UFs, pois cinco pontos estão localizados acima de sua posição no gráfico de dispersão, os quais correspondem a SC, PR, SP, MT e GO.



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

O contingente de ocupados no RS, no primeiro trimestre de 2026, manteve-se estável em 5.895 mil pessoas, tanto na margem quanto na comparação interanual (**Tabela 2**). Esse foi o terceiro trimestre consecutivo no qual, em bases interanuais, o contingente de ocupados se manteve estável no estado. Na referência comparativa interanual, no primeiro trimestre de 2026, o indicador também permaneceu estável no PR, ao passo que, em SC, em SP e no país, registrou variações positivas de 2,1%, 1,6% e 1,5% respectivamente.

Tabela 2 - Contingentes de ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres seleccionados

DIS- CRIMI- NA- ÇÃO	OCUPADOS (1.000 pessoas)									VARIACÃO %	
	1.º	1.º	1.º	1.º	1.º	1.º	1.º	4.º	1.º	1.º Trim./2026	1.º Trim./2026
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2025	Trim./2026	4.º Trim./2025	1.º Trim./2025
Brasil ..	92.621	93.115	87.082	95.275	97.825	100.203	100.511	102.998	101.976	(1)-1,0	(1)1,5
RS	5.668	5.668	5.359	5.740	5.925	5.897	5.872	5.916	5.895	-0,4	0,4
SC	3.635	3.674	3.552	3.808	3.888	4.044	4.415	4.491	4.506	0,3	(1)2,1
PR	5.548	5.598	5.486	5.765	5.791	6.001	6.182	6,266	6,258	-0,1	1,2
SP	22.322	22.502	20.840	23.097	23.765	24.219	24.166	24.576	24.554	-0,1	(1)1,6

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

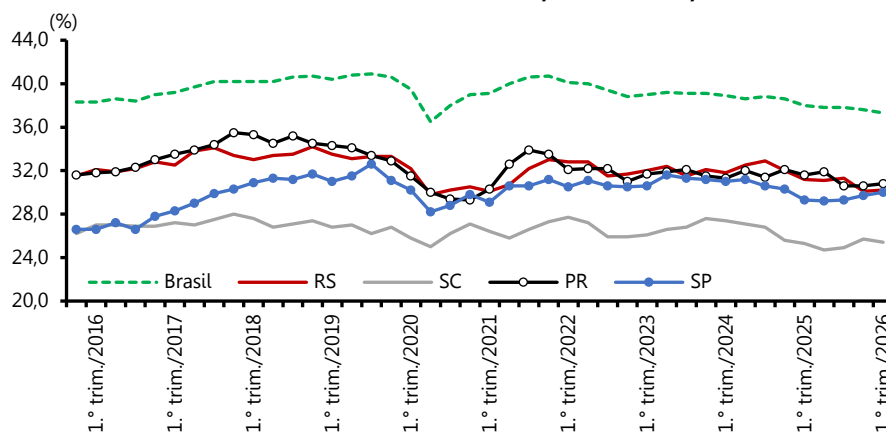
(1) Significância estatística com 95% de confiança.

Quanto à estrutura ocupacional, o menor nível da taxa de informalidade (TI)⁴ foi verificado no segundo trimestre de 2020, no pior momento da pandemia de COVID-19 para o mercado de trabalho (**Gráfico 5**). Muitos ocupados informais, naquele contexto, impossibilitados de exercerem as suas atividades devido às medidas de distanciamento social e de limitação à mobilidade, perderam as suas ocupações ou então se retiraram da força de trabalho. A partir do segundo trimestre de 2021, com o avanço do processo de vacinação para a COVID-19 e a retomada da atividade econômica, identifica-se uma trajetória de elevação parcial da TI. No primeiro trimestre de 2026, tanto em

⁴ De acordo com a delimitação adotada pelo IBGE, são considerados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares (IBGE, 2026b). A **taxa de informalidade** é obtida pela soma dessas categorias, a qual é dividida pelo contingente total de ocupados.

relação ao trimestre anterior quanto em termos interanuais, o indicador manteve-se estável no RS (30,2%), em SC (25,4%), no PR (30,8%) e em SP (30%); no país, na referência comparativa interanual, registrou queda de 38% para 37,3%. Assinale-se ainda que, para o RS, os demais estados da Região Sul, SP e o país, a TI do primeiro trimestre de 2026 ficou em um nível inferior ao do primeiro trimestre de 2019, uma referência comparativa anterior à pandemia de COVID-19.

Gráfico 5 - Taxa de informalidade no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 4.º trim./2015-1.º trim./2026

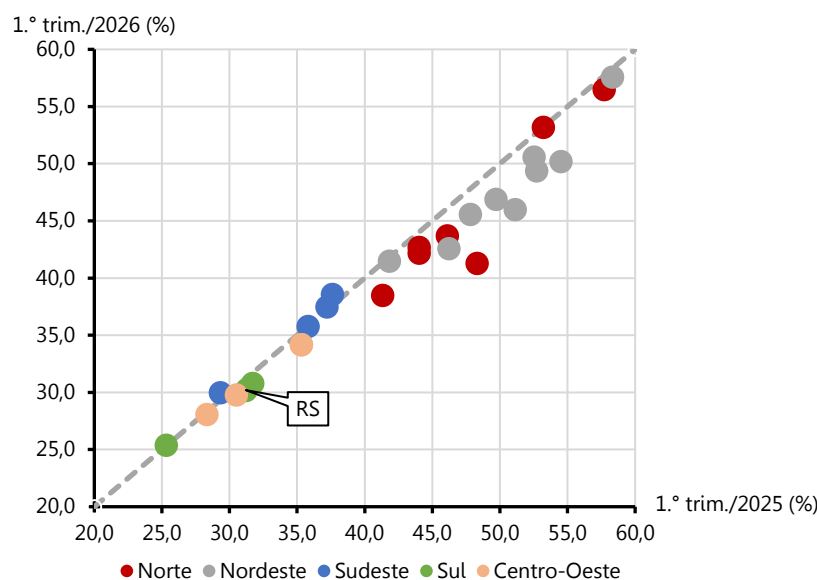


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

Nota: A taxa de informalidade está disponível a partir do 4.º trim./2015.

Por meio do **Gráfico 6**, pode-se conhecer a evolução da posição relativa do nível da TI do RS em comparação às de todas as UFs, no primeiro trimestre de 2025 e no de 2026. De acordo com o que se pode constatar nesse gráfico de dispersão, o RS manteve, em ambos os trimestres, a quinta menor TI, uma vez que existem quatro pontos à esquerda e abaixo de sua posição, os quais representam SC, SP, MS e DF.

Gráfico 6 - Taxa de informalidade, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 1.º trim./2025 e 1.º trim./2026



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

O RS, assim como os demais estados da Região Sul e SP, manteve os seus contingentes de ocupados informais estáveis no primeiro trimestre de 2026; o país, na margem, registrou uma variação negativa de 1,6% do número absoluto de ocupados informais (**Tabela 3**). No caso do RS, o contingente de ocupados informais, no primeiro trimestre 2026, foi de 1.783 mil pessoas.

Tabela 3 - Contingentes de ocupados informais no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DIS- CRIMI- NA- ÇÃO	OCUPADOS INFORMAIS (1.000 pessoas)									VARIÇÃO %	
	1.º	1.º	1.º	1.º	1.º	1.º	1.º	4.º	1.º	1.º Trim./2026	1.º Trim./2026
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2025	Trim./2026	4.º Trim./2025	1.º Trim./2025
Brasil ..	37.394	36.783	34.054	38.203	38.118	38.943	38.189	38.707	38.084	(1)-1,6	-0,3
RS	1.898	1.824	1.614	1.885	1.895	1.877	1.835	1.783	1.783	0,0	-2,8
SC	973	949	939	1.053	1.015	1.107	1.119	1.155	1.145	-0,9	2,4
PR	1.906	1.765	1.663	1.850	1.835	1.879	1.963	1.915	1.926	0,6	-1,8
SP	6.909	6.785	6.054	7.054	7.282	7.511	7.078	7.301	7.360	0,8	4,0

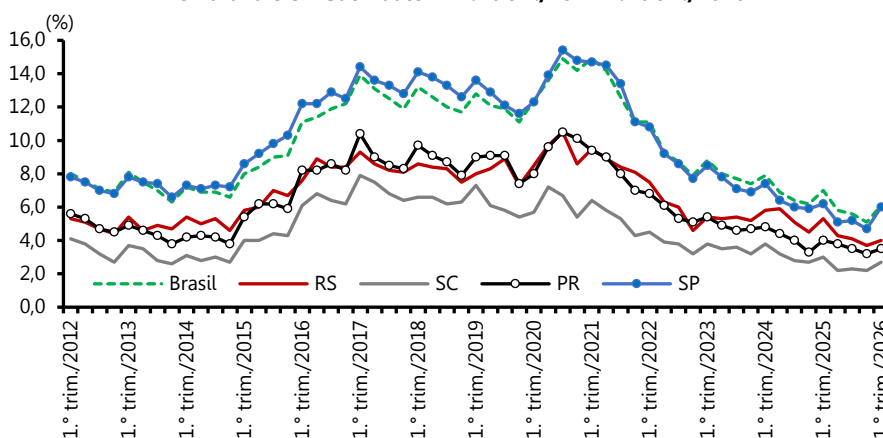
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

De acordo com o que se mostrou no número anterior deste boletim, a taxa de desocupação (TD) no RS, após a interrupção verificada ao longo de 2023 e nos dois primeiros trimestres de 2024, encaminhou-se, em 2025, para o menor nível de sua série temporal (Boletim de Trabalho [...], 2026). No primeiro trimestre de 2026, ante o quarto trimestre de 2025, a TD manteve-se estável no RS (4%), assim como no PR (3,5%), ao passo que evidenciou aumento em SC (de 2,2% para 2,7%), em SP (de 4,7% para 6%) e no país (de 5,1% para 6,1%) — **Gráfico 7**. Na referência comparativa interanual, no primeiro trimestre de 2026, a TD registrou redução no RS (-1,3 p.p.) e no país (-0,9 p.p.), enquanto, em SC, no PR e em SP, permaneceu estável. Como decorrência, para o RS e o país, a TD do primeiro trimestre de 2026 passou a ser, quando comparada com os primeiros trimestres dos anos anteriores, a menor de suas respectivas séries temporais.

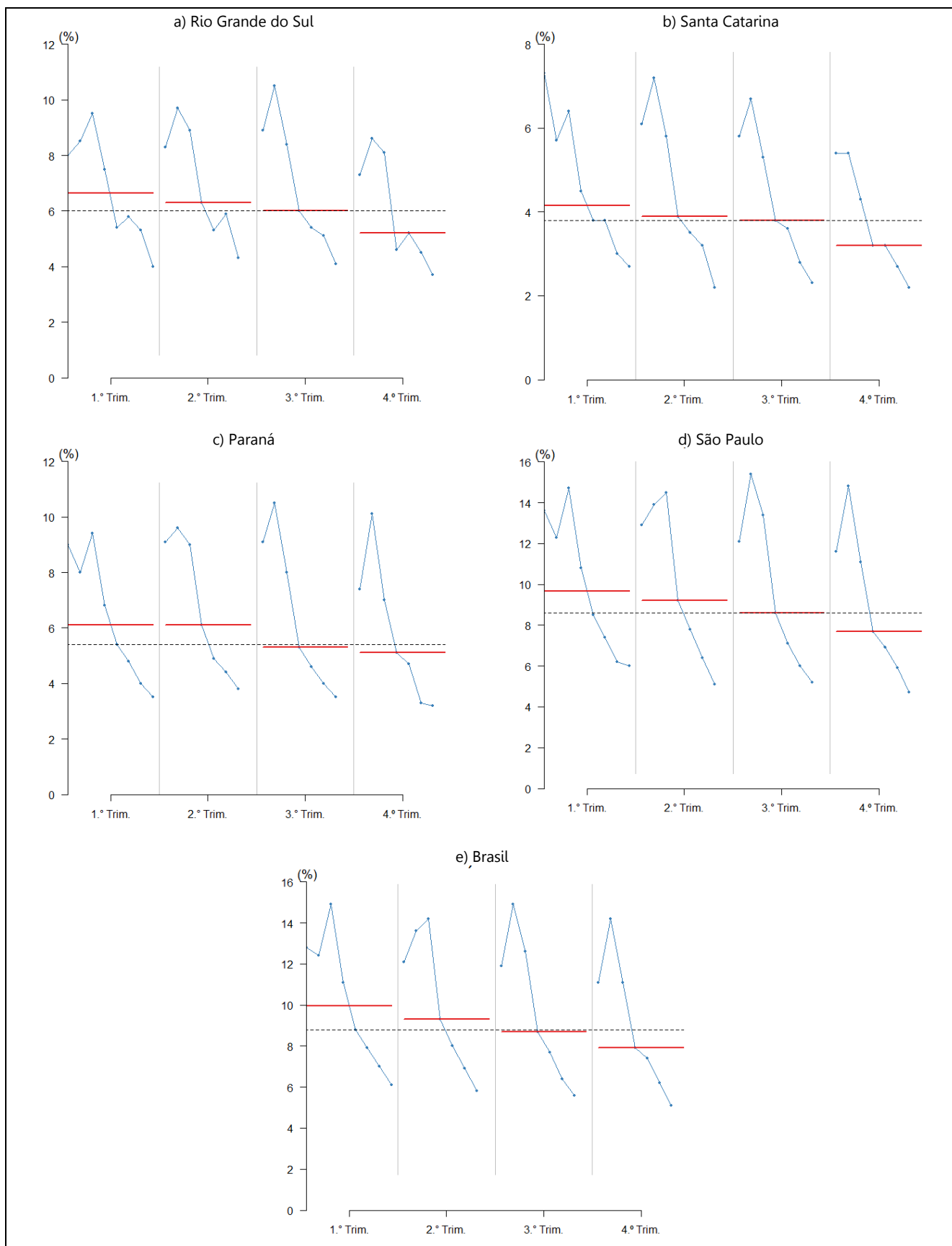
Gráfico 7 - Taxa de desocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2026



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

Ainda no que diz respeito à TD, na **Figura 1**, esse indicador foi organizado por trimestres, de 2019 a 2026, o que torna possível um olhar adicional sobre o seu comportamento no período. De acordo com o que se pode constatar, no RS, no PR e em SP, o pico da série temporal do indicador ocorreu no terceiro trimestre de 2020, em um dos piores momentos da pandemia de COVID-19 para o mercado de trabalho. É interessante perceber que, no caso de SC, o pico da série temporal da TD se verificou em um período anterior à pandemia de COVID-19, no primeiro trimestre de 2019. Já no país, o nível máximo da TD foi observado tanto no terceiro trimestre de 2020 quanto no primeiro trimestre de 2021. Afora esses aspectos, a Figura 1 contém linhas horizontais com tonalidade vermelha que representam a média da TD em cada um dos trimestres, assim como linhas horizontais cinzas, com a mediana da TD para o período 2019-26 como um todo. Com base na referência empírica das médias, constata-se que, para o RS, SC, SP e o país, os maiores níveis médios do indicador sob análise ocorreram nos primeiros trimestres, e os menores, nos quartos trimestres, devido à provável influência de fatores econômicos sazonais; no PR, os primeiros e os segundos trimestres compartilham os maiores níveis médios da TD. A Figura 1 permite ainda ratificar que o menor nível da TD foi comum para o RS, os demais estados da Região Sul e o país, tendo ocorrido no quarto trimestre de 2025.

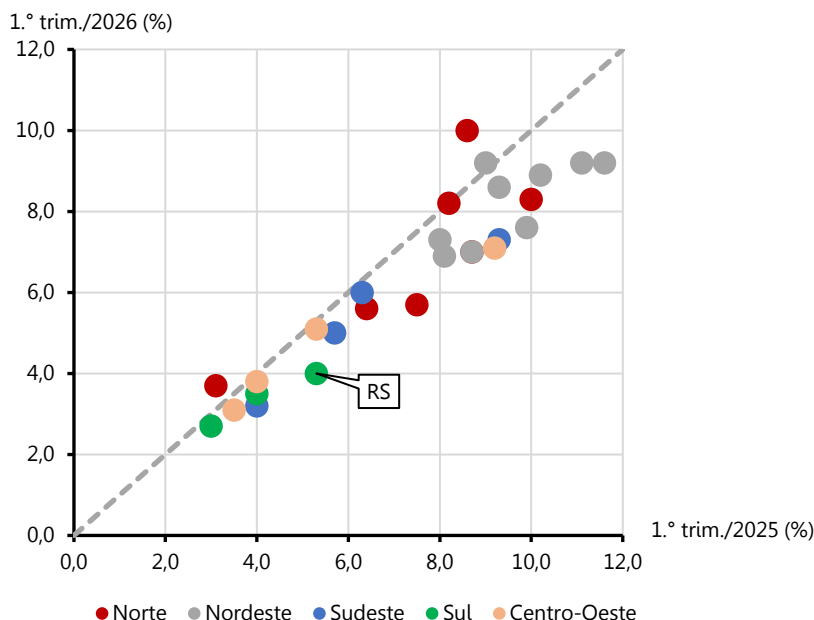
Figura 1 - Taxa de desocupação, agrupada por trimestres, no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2019- 1.º trim./2026



Fonte dos dados brutos: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

Como se pode identificar por meio das evidências apresentadas no **Gráfico 8**, o RS manteve a sétima menor TD ante as de todas as UF's, na comparação do primeiro trimestre de 2025 com o de 2026: há seis pontos à esquerda e abaixo da sua posição nesse gráfico, os quais representam SC, PR, MS, MT, ES e RO.

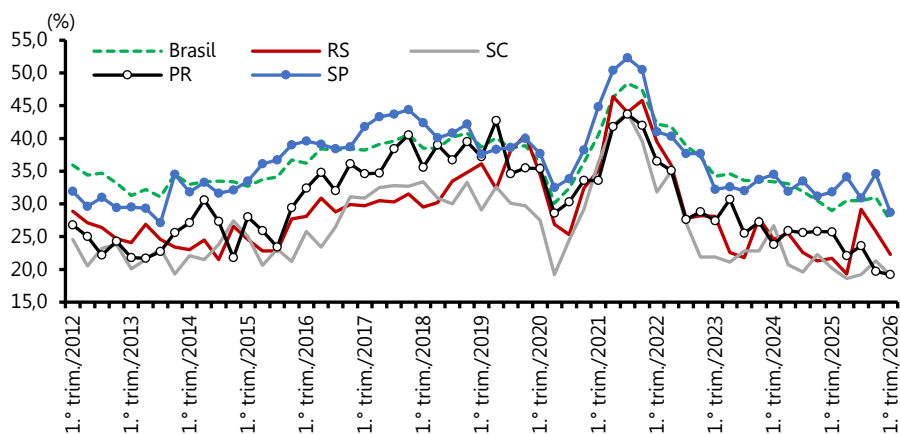
Gráfico 8 - Taxa de desocupação, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 1.º trim./2025 e 1.º trim./2026



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

A incidência da desocupação de longo prazo (IDL)⁵ vinha em uma trajetória de queda desde 2022, ainda que com uma interrupção importante, no caso do RS, no terceiro trimestre de 2025 (**Gráfico 9**). No primeiro trimestre de 2026, ante o mesmo trimestre do ano anterior, a IDLP elevou-se de 21,7% para 22,3% no RS e, de forma distinta, evidenciou queda em SC (de 20,2% para 19,1%), no PR (de 25,7% para 19,2%), em SP (de 31,8% para 28,7%) e no âmbito nacional (de 29% para 27,4%). Para SC, PR, SP e o país, esses foram os menores níveis do indicador ao se levar em consideração os primeiros trimestres das suas respectivas séries temporais.

Gráfico 9 - Incidência da desocupação de longo prazo no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2026



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026a, 2026b).

Nota: 1. Elaborado com os dados da Pesquisa.

2. A incidência da desocupação de longo prazo corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados.

⁵ De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a **IDL** corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados (ILO, 2016).

No primeiro trimestre de 2026, o número absoluto de desocupados, na margem, manteve-se estável no RS (249 mil pessoas), assim como no PR, e, por sua vez, evidenciou variações positivas em SC (27%), em SP (28,8%) e no país (19,6%) — **Tabela 4**. Na comparação interanual, o contingente de desocupados registrou queda expressiva no RS (-23,8%, -77 mil desocupados) e no país (-13%); em SC, PR e SP, o indicador permaneceu estável, uma vez que as suas oscilações não têm significância estatística.

Tabela 4 - Contingentes de desocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

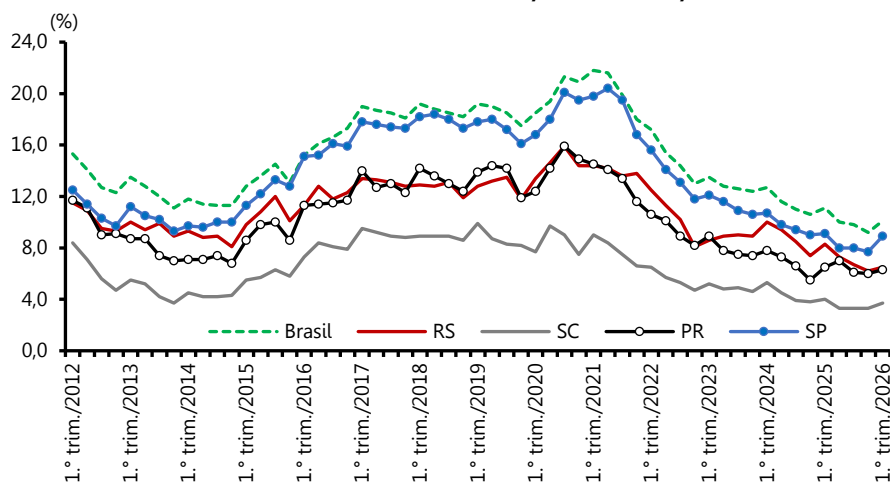
DIS- CRIMI- NA- ÇÃO	DESOcupADOS (1.000 pessoas)										VARIÇÃO %	
	1.º Trim./2019	1.º Trim./2020	1.º Trim./2021	1.º Trim./2022	1.º Trim./2023	1.º Trim./2024	1.º Trim./2025	4.º Trim./2025	1.º Trim./2026	1.º Trim./2026 4.º Trim./2025	1.º Trim./2026 1.º Trim./2025	
Brasil ..	13.651	13.148	15.257	11.949	9.432	8.623	7.566	5.503	6.579	(1)19,6	(1)-13,0	
RS	496	529	566	463	337	364	326	229	249	8,7	(1)-23,8	
SC	285	223	241	181	155	161	139	99	126	(1)27,0	-9,3	
PR	550	487	571	424	330	304	256	205	228	11,1	-11,1	
SP	3.510	3.151	3.579	2.795	2.200	1.931	1.614	1.212	1.562	(1)28,8	-3,3	

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

Um indicador mais amplo de subutilização da FT, a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (TCDS)⁶, está em um processo de queda desde o quarto trimestre de 2020, ainda que, no caso do RS, este tenha sido interrompido durante 2023 e nos dois primeiros trimestres de 2024 (**Gráfico 10**). No primeiro trimestre de 2026, em comparação ao quarto trimestre de 2025, a TCDS manteve-se estável no RS (6,5%), em SC (3,7%) e no PR (6,3%); de forma distinta, elevou-se em SP (de 7,7% para 8,9%) e no país (de 9,2% para 10,1%). Na referência comparativa interanual, o indicador registrou queda no RS (-1,8 p.p.) e no plano nacional (-1 p.p.), enquanto, em SC, PR e SP, permaneceu estável. Ao se tomar em consideração somente os primeiros trimestres, no RS e no país, a TCDS do primeiro trimestre de 2026 foi a menor de suas respectivas séries temporais.

Gráfico 10 - Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2026



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

A evolução da posição relativa do nível da TCDS do RS em comparação às de todas as UFs pode ser conhecida por meio do **Gráfico 11**, no qual consta o indicador no primeiro trimestre de 2025 (medido no eixo horizontal) e no

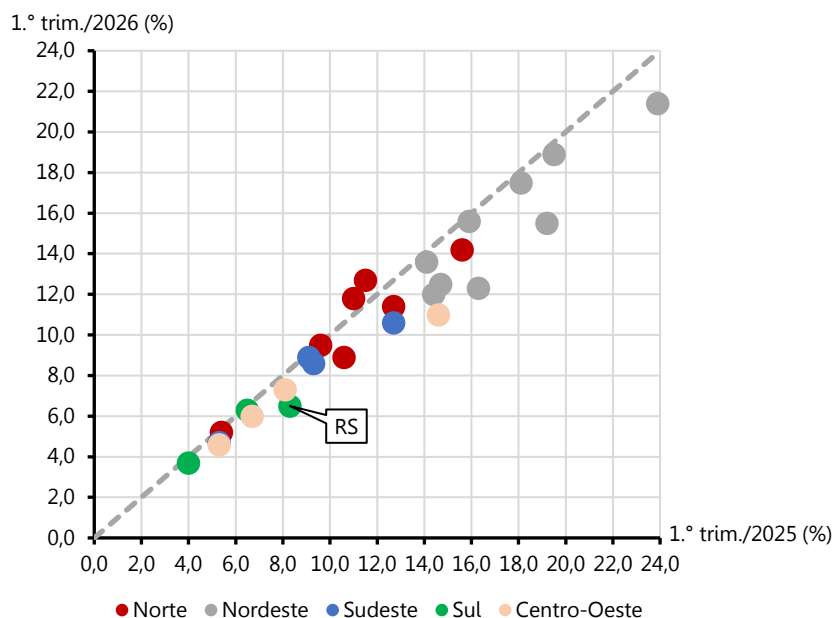
⁶ A TCDS é assim obtida (OIT, 2013):

$$TCDS = [(Desocupados + Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas)/Força de Trabalho] \times 100.$$

São consideradas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, na PNAD Contínua, as pessoas que: (a) têm 14 anos ou mais de idade; (b) trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou em todos os seus trabalhos; (c) gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; e (d) estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência (IBGE, 2016).

primeiro trimestre de 2026 (medido no eixo vertical). Nesse sentido, o RS possuía, no primeiro trimestre de 2025, a oitava menor TCDS, dado que existem, no gráfico de dispersão, sete pontos à sua esquerda, os quais representam os estados de SC, PR, ES, MS, MT, GO e RO. No primeiro trimestre de 2026, o RS passou a deter a sétima menor TCDS, uma vez que se localizam, abaixo de sua posição, seis pontos, que correspondem a SC, PR, ES, MS, MT e RO.

Gráfico 11 - Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 1.º trim./2025 e 1.º trim./2026



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

O número absoluto de pessoas desocupadas ou subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas registrou, na comparação do primeiro trimestre de 2026 com o quarto trimestre de 2025, estabilidade no RS (situando-se em 397 mil pessoas), assim como em SC e no PR, pois as suas oscilações não têm significância estatística (**Tabela 5**). Na mesma referência comparativa, apresentou aumento em SP (16,4%) e no país (9,3%). Ao se cotejar o primeiro trimestre de 2026 com o mesmo trimestre de 2025, esse indicador evidenciou uma queda expressiva no RS (-22,9%, ou menos 118 mil pessoas) e, com menor intensidade, no país (-9,1%); já em SC, PR e SP, manteve-se estável.

Tabela 5 - Soma dos contingentes de desocupados e de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DIS- CRIMI- NA- ÇÃO	CONTINGENTES (1.000 pessoas)									VARIÇÃO %	
	1.º	1.º	1.º	1.º	1.º	1.º	1.º	4.º	1.º	1.º Trim./2026	1.º Trim./2026
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2025	Trim./2026	4.º Trim./2025	1.º Trim./2025
Brasil ..	20.456	19.669	22.348	18.458	14.445	13.778	12.034	10.015	10.944	(1) 9,3	(1) -9,1
RS	790	829	854	772	540	629	515	378	397	5,0	(1)-22,9
SC	387	299	340	261	209	224	184	154	171	11,3	-7,1
PR	850	753	876	656	543	490	419	387	406	5,0	-3,1
SP	4.596	4.299	4.845	4.040	3.140	2.789	2.345	1.994	2.322	(1)16,4	-1,0

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

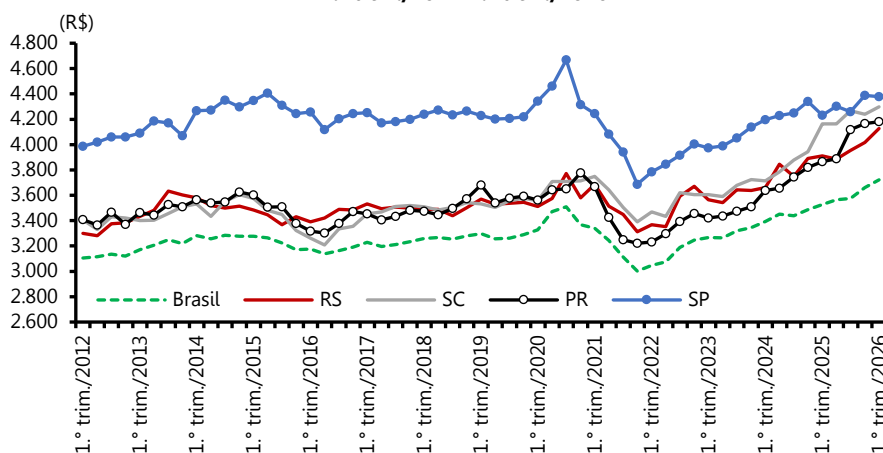
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS

Como se mostrou em números anteriores deste boletim, o rendimento médio mensal real habitual dos ocupados tem apresentado uma tendência de melhora desde meados de 2022 (Boletim de Trabalho [...], 2022, 2026). Para tanto, tem contribuído a demanda de trabalho, apreendida pelo processo de queda da desocupação, como

também o êxito das negociações coletivas, uma vez que grande proporção delas tem obtido reajustes salariais superiores às variações do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) (Manganelli; Bastos; Donoso, 2026).

No primeiro trimestre de 2026, na margem, o rendimento médio mensal real habitual dos ocupados manteve-se estável no RS (R\$ 4.127), assim como em SC (R\$ 4.298), no PR (R\$ 4.180) e em SP (R\$ 4.378), enquanto, no país, registrou variação positiva de 2,7%, passando de R\$ 3.662 para R\$ 3.722 (**Gráfico 12**). Na referência comparativa interanual, o indicador registrou variação positiva de 5,5% no RS, 8,2% no PR e 5,5% no âmbito nacional; em SC e em SP, permaneceu estável. Para o país, trata-se da décima quinta variação interanual positiva consecutiva do rendimento médio mensal real habitual, que atingiu o novo pico de sua série temporal.

Gráfico 12 - Rendimento médio mensal real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2026



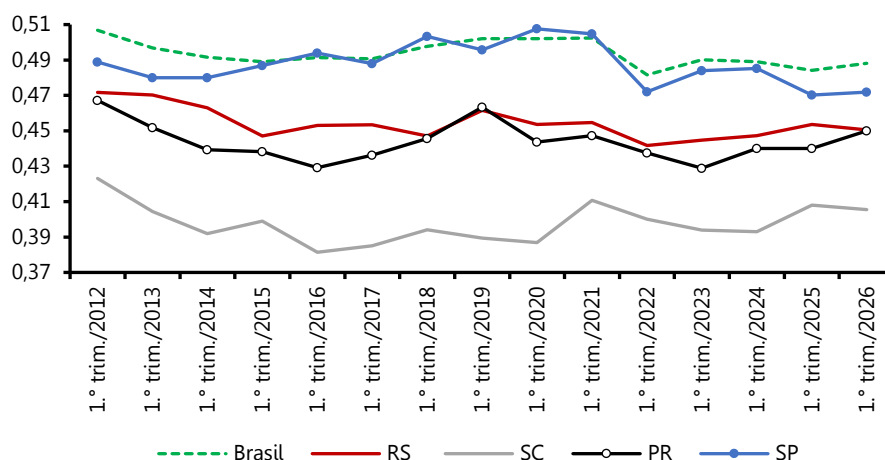
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

Nota: 1. Rendimento médio mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 1.º trim./2026.

Quanto à desigualdade de rendimentos, o coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual dos ocupados, no primeiro trimestre de 2026, ante o mesmo trimestre de 2025, registrou uma leve queda no RS, tendo passado de 0,4536 para 0,4505 (**Gráfico 13**). Nessa mesma base comparativa, o indicador evidenciou uma leve redução em SC (de 0,4081 para 0,4055) e aumentos no PR (de 0,4401 para 0,4500) e no país (de 0,4842 para 0,4881); em SP, ficou praticamente estável (passando de 0,4702 para 0,4719).

Gráfico 13 - Coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados



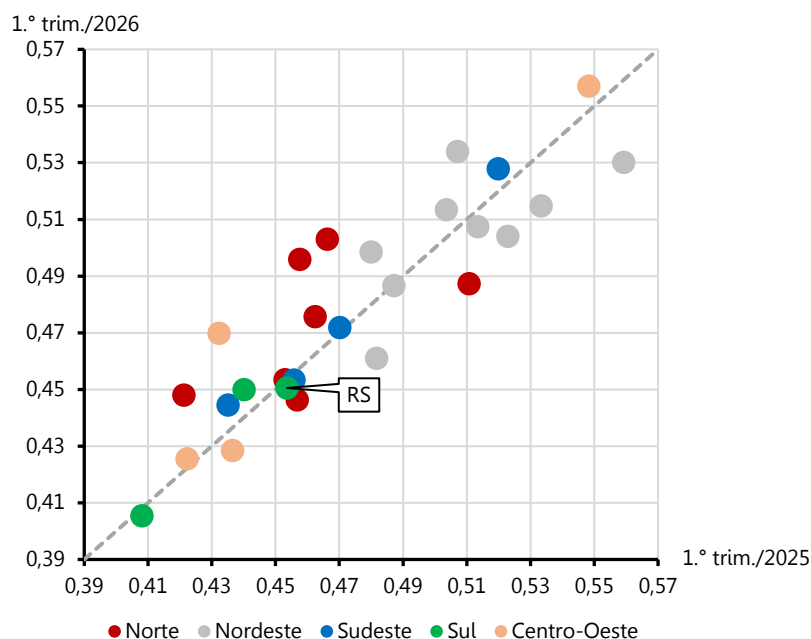
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026a).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da Pesquisa.

2. Coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

A evolução da posição relativa do RS ante as de todas as UFs quanto ao nível de desigualdade de rendimentos dos ocupados pode ser conhecida por meio das evidências apresentadas no **Gráfico 14**. Como se pode identificar nesse gráfico de dispersão, o RS detinha o nono menor coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual no primeiro trimestre de 2025, pois há oito pontos localizados à sua esquerda, os quais representam os estados de SC, PR, MG, MS, MT, GO, RO e TO. No primeiro trimestre de 2026, o RS havia passado a ter o oitavo menor coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual, dado que setes pontos no Gráfico 14 estão abaixo de sua posição, os quais correspondem a SC, PR, MG, MS, MT, AC e RO.

Gráfico 14 - Coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual dos ocupados, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 1.º trim./2025 e 1.º trim./2026



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026a).
Nota: 1. Elaborado com os microdados da Pesquisa.
2. Coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

A massa de rendimento mensal real habitual dos ocupados manteve-se estável no RS, no primeiro trimestre de 2026, na margem, em R\$ 23,9 bilhões (**Tabela 6**). O indicador também permaneceu estável, na mesma referência comparativa, nos demais estados da Região Sul, em SP e no país. Ao se cotejar a massa de rendimento mensal real habitual do primeiro trimestre de 2026 com a de 2025, esta registrou variações positivas no RS (6,1%), em SC (5,2%), no PR (9,9%) e no plano nacional (7,1%); em SP, permaneceu estável. Nos casos do RS e do PR, nessa última base comparativa, o desempenho positivo do indicador foi determinado exclusivamente pelo aumento do rendimento médio mensal real habitual, dado que nela o contingente de ocupados se manteve estável.

Tabela 6 - Massa de rendimento mensal real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres seleccionados

DIS-CRIMI-NA-ÇÃO	MONTANTE (R\$ milhões)									VARIAÇÃO %	
	1.º Trim./2019	1.º Trim./2020	1.º Trim./2021	1.º Trim./2022	1.º Trim./2023	1.º Trim./2024	1.º Trim./2025	4.º Trim./2025	1.º Trim./2026	1.º Trim./2026 4.º Trim./2025	1.º Trim./2026 1.º Trim./2025
Brasil ..	293.495	297.949	278.765	278.849	308.429	328.672	349.977	372.506	374.819	0,6	(1)7,1
RS	19.161	18.936	18.649	18.256	19.945	20.651	22.525	23.343	23.900	2,4	(1)6,1
SC	12.878	13.228	13.487	13.629	14.609	15.786	18.253	18.869	19.201	1,8	(1)5,2
PR	19.874	19.505	19.559	18.250	19.544	21.624	23.562	25.792	25.896	0,4	(1)9,9
SP	91.678	94.878	85.426	84.553	91.266	98.000	101.796	107.237	106.974	-0,2	5,1

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).
Nota: 1. Massa de rendimento mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.
2. Massa de rendimento deflacionada para a média mensal dos preços do 1.º trim./2026.
(1) Significância estatística com 95% de confiança.

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as evidências apresentadas nesta seção, no primeiro trimestre de 2026, na margem, alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho do RS apontam estabilidade. É interessante que assim tenha sido, uma vez que, por fatores sazonais, espera-se piora nos primeiros meses do ano. No trimestre analisado, em relação ao quarto trimestre de 2025, o comportamento do mercado de trabalho do RS esteve mais alinhado com o de SC e o do PR, e menos com o de SP e o do país.

Quanto ao desempenho interanual do mercado de trabalho do RS, no primeiro trimestre de 2026, as evidências foram no sentido da ocorrência de estabilidade de alguns indicadores — como a taxa de participação na força de trabalho, o nível de ocupação e a taxa de informalidade — e de melhora em outros — como a taxa de desocupação, a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, o rendimento médio mensal real habitual dos ocupados e o coeficiente de Gini dos rendimentos dos ocupados. Nessa referência comparativa, o comportamento do mercado de trabalho do RS esteve um pouco mais próximo do verificado no país e menos do observado nos demais estados da Região Sul e ao de SP.

Também na referência comparativa interanual, no primeiro trimestre de 2026, entre os seis *rankings* comparativos apresentados entre as 27 unidades da Federação de indicadores selecionados do mercado de trabalho, o RS melhorou as suas posições relativas em dois (quais sejam, o da taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas e o do coeficiente de Gini dos rendimentos dos ocupados), perdeu posições relativas em dois (o da taxa de participação na força de trabalho e o do nível de ocupação) e manteve as suas posições relativas inalteradas em dois (o da taxa de informalidade e o da taxa de desocupação).

Por fim, destaca-se ainda que, no primeiro trimestre de 2026, em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior, o RS, assim como o país, teve queda bastante acentuada de seu contingente de pessoas desocupadas e subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, o que não se verificou em SC, no PR e em SP.

2 O EMPREGO FORMAL GAÚCHO: MENOR CRESCIMENTO DO PAÍS E HETEROGENEIDADE REGIONAL

Na primeira seção, viu-se que o Rio Grande do Sul, no ordenamento das 27 UFs, apresenta a sétima maior taxa de participação da força de trabalho no mercado, o sexto maior nível de ocupação, a sétima menor taxa de desocupação e a quinta menor de informalidade. Tendo-se presentes essas referências, é algo intrigante reencontrar o estado com o menor percentual de crescimento do emprego formal entre todos os estados brasileiros, acrescidos do DF, nos 12 meses que se encerraram em abril último (dado mais recente disponível). Tal posição vem sendo uma constante nas análises trimestrais consolidadas nesta publicação e, mais uma vez, confirma-se quando se estende o intervalo para o acumulado da série do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), produzida e divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que se constitui a fonte principal desta seção. Nesse caso, considerando-se sempre o mês de abril de cada ano, o arco temporal já atinge seis anos, pois a série estatística data de janeiro de 2020.

Se o diferencial negativo de dinamismo que marca o emprego formal do estado, na perspectiva nacional, não se tem associado a uma deterioração das condições gerais do mercado de trabalho gaúcho, nem de sua posição relativa entre as UFs nos principais indicadores, como a seção 1 demonstra, ele necessita, para ser compreendido, ser articulado a outras dimensões analíticas que não serão aqui enfrentadas, mas devem estar presentes na reflexão sobre os resultados que serão apresentados. Em primeiro lugar, a variação em volume do PIB do Rio Grande do Sul acumulada entre 2002 e 2023 foi a menor do país, configurando uma taxa média anual de 1,4%, ante os 2,2% nacionais (IBGE, s.d.). Em segundo lugar, a variação populacional do território gaúcho, entre os dois últimos Censos Demográficos, foi a quinta menor entre as 27 UFs (superando apenas Alagoas, Rio de Janeiro, Bahia e Rondônia). Considerando-se outro indicador demográfico mais aderente ao mercado de trabalho, no Brasil a população potencialmente ativa (PPA, recortada entre 15 e 64 anos) aumentou 1,9% entre 2020 e 2026 (intervalo aqui utilizado com vistas a uma maior compatibilidade com a série do Novo Caged), segundo as projeções populacionais de 2024 do IBGE. No mesmo período, somente duas UFs teriam sofrido perda nessa coorte: o RJ (-1,5%) e o RS (-2,5%). No extremo oposto, com a maior elevação, encontra-se a pequena Roraima: variação de 20,1%, chegando sua PPA a 505,7 mil indivíduos em 2026. No grupo com mais intensos aumentos relativos da PPA, apenas Santa Catarina não integra nem a Região Norte nem a Centro-Oeste do Brasil. A expansão do segmento entre 15 e 64 anos, no vizinho estado sulista, atinge 7,9% nesses seis anos.

Sob essa perspectiva, na primeira subseção, detalha-se a evolução do emprego formal gaúcho com ênfase no intervalo dos últimos 12 meses disponíveis, recorrendo-se, na maior parte das vezes, a outros recortes temporais da série do Novo Caged e, eventualmente, aos estoques de vínculos formalizados constantes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), também produzida pelo MTE⁷. Inicia-se a análise com esse panorama comparativo da variação do emprego formal total no estado e no agregado do país, bem como nas demais UFs. Na segunda subseção, abordam-se os comportamentos dos vínculos formais de trabalho nas diferentes atividades econômicas, tanto nos cinco grandes agregados setoriais quanto em divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0) que se tenham destacado por variações e saldos mais expressivos. Em seguida, analisa-se a evolução do emprego formal no estado segundo atributos dos trabalhadores — sexo, idade e escolaridade. Por fim, tematizam-se as diferenças regionais que caracterizam a dinâmica do mercado formal de trabalho em diferentes subdivisões do território gaúcho, tomando-se as regionalizações em nove Regiões Funcionais (RFs) e em 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes).

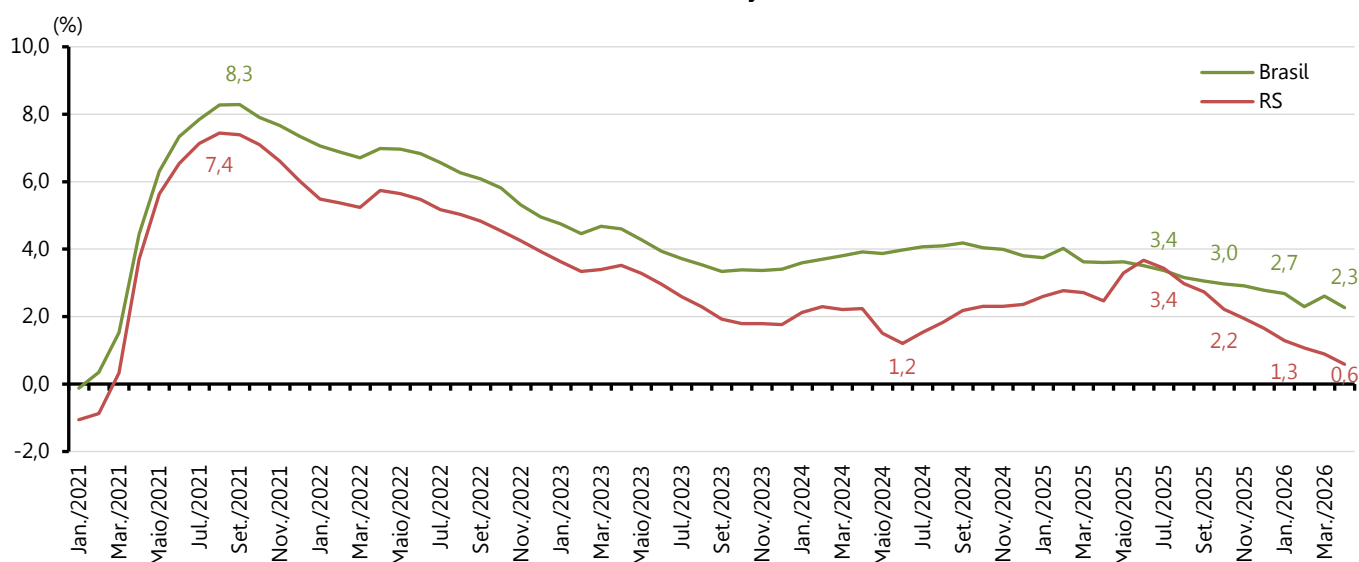
⁷ Lembra-se que a série do Novo Caged considera apenas os registros administrativos de admissões e desligamentos de trabalhadores. Ainda que apresente suas estimativas de estoques de trabalhadores em atividade, em algumas desagregações setoriais e territoriais, essa base estatística não os contempla em dimensões analíticas como os atributos dos trabalhadores. Nesses casos, recorre-se, aqui, aos estoques da RAIS, alertando-se para o fato de que esse é um recurso apenas aproximativo, visando a suprir uma lacuna do Novo Caged, e que as duas bases não são plenamente compatíveis do ponto de vista metodológico e da cobertura efetivamente lograda sobre o universo de potenciais declarantes.

2.1 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL, NO RS E NAS DEMAIS UFS

No período de 12 meses encerrado ao final de abril de 2026, o Rio Grande do Sul registrou uma expansão de 16,7 mil novos vínculos de trabalho formalizado, o correspondente a 1,6% do saldo gerado na escala nacional, que foi de 1,1 milhão de postos adicionais. A variação percentual, no estado, limitou-se a 0,6% — muito inferior aos 2,3% verificados no agregado do Brasil.

Prolongou-se, nesse último resultado acumulado em 12 meses, a trajetória de desaceleração do crescimento do mercado formal de trabalho, que vem sendo repetidamente constatada nos dois recortes espaciais. No **Gráfico 15**, apresenta-se a série das variações anualizadas do estoque de empregados formais, no Brasil e no Rio Grande do Sul, desde janeiro de 2021, quando se completou o primeiro ano do Novo Caged, até o resultado de abril de 2026, último dado disponível nessa base estatística. O desenho inicial das linhas do gráfico expressa a eclosão da COVID-19, ocorrida em 2020. Nos primeiros resultados acumulados, comparam-se meses de 2021, quando o mercado de trabalho ainda padecia dos efeitos provocados pela pandemia, com os primeiros números da série do Caged, os últimos a preceder a emergência sanitária. Isso se traduz em pequenas perdas remanescentes ou resultados pouco superiores a zero. A partir de abril de 2021 — com a base de cotejo colhendo o segundo trimestre de 2020, em que o choque provocado pela COVID-19 havia sido brutal —, as variações anualizadas atingiram patamares muito elevados, como efeito algébrico. Três pontos mais gerais merecem ser observados, tentando-se captar os cinco anos representados no gráfico — que consolidam seis anos de evolução do emprego formal, já que as variações de cada ano carregam as do ano anterior. Em primeiro lugar, é nítida a tendência de desaceleração do crescimento do emprego nas duas escalas territoriais. No agregado do Brasil, há uma espécie de platô, com uma elevação tímida dos índices alternando-se com a estabilidade entre o último quadrimestre de 2023 e o primeiro trimestre de 2025. No Rio Grande do Sul, há uma queda extraordinária em junho de 2024, associada ao histórico evento climático extremo que assolou o estado naquele período, e uma retomada que vai recuperando o patamar excepcionalmente perdido e que, a seguir, em meados de 2025, expressa o efeito matemático da base de comparação especialmente rebaixada, um ano antes. De julho de 2025 até abril último, porém, a retração dos percentuais de expansão é acentuada e constante. A despeito desses movimentos, tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul, a tendência da série em toda a sua extensão é, sem dúvida, decrescente.

Gráfico 15 - Variação acumulada em 12 meses do número de vínculos formais de trabalho no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./2021-abr./2026



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

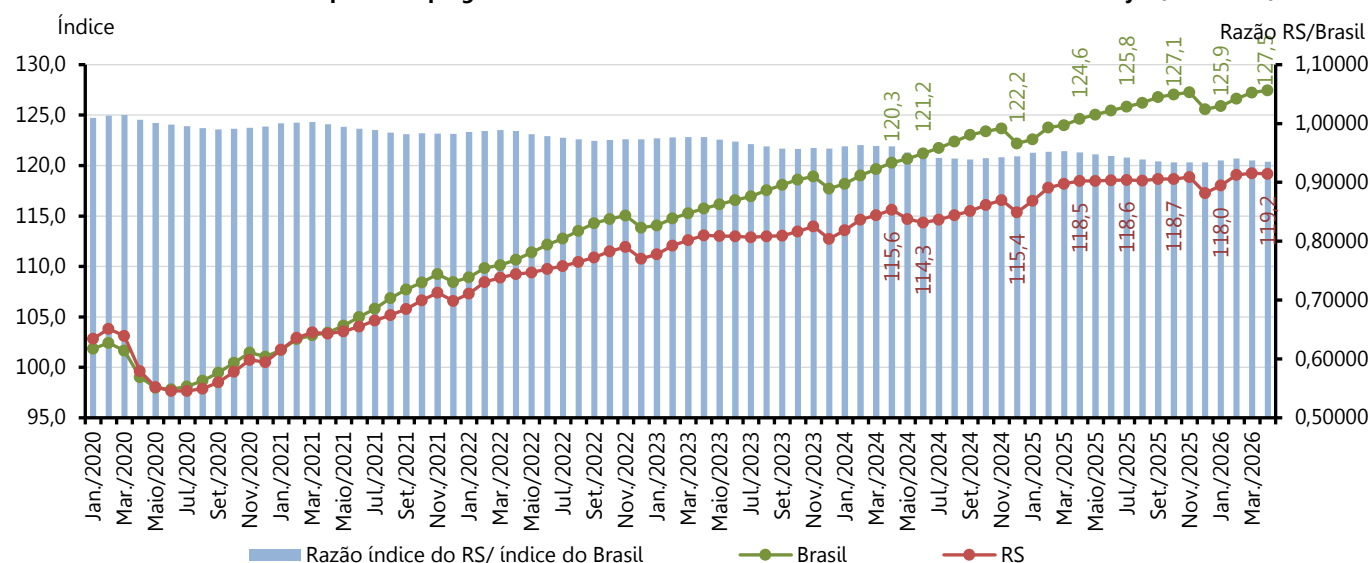
Um segundo ponto claramente reconhecível na análise visual é a considerável convergência das linhas de evolução do mercado formal gaúcho e do brasileiro, em que pese às referidas especificidades conjunturais da realidade estadual (em que se poderiam considerar também os vários outros anos em que fatores climáticos tiveram impacto no desempenho da economia gaúcha, por exemplo) e mesmo de outras UFs, que impactam o resultado do

país, embora se diluam em um conjunto incomparavelmente maior. Não é este o espaço para tal pormenorização, bastando evidenciar que os movimentos são bastante síncronos, reforçando o laço de integração da realidade do mercado de trabalho regional à do nacional. Por fim, o terceiro aspecto, também bastante evidente, é o progressivo distanciamento dos resultados do Rio Grande do Sul em comparação aos do Brasil. Se ambos os espaços chegam ao final da série com os menores percentuais de variação anualizada do emprego em cinco anos, a intensidade da expansão gaúcha desgarra-se do resultado nacional, chegando a abril de 2026 com uma desvantagem só comparável — e, mesmo assim, superior — à do período das cheias de 2024.

Uma abordagem complementar desse diferencial entre a dinâmica do mercado formal gaúcho e a do nacional consiste em tomar a média do ano de 2020 como base para um índice do estoque de empregados formais do Rio Grande do Sul e do Brasil a cada mês da série do Novo Caged. No **Gráfico 16**, além das linhas temporais dos índices de cada recorte territorial, traz-se também uma representação por barras da razão entre o índice calculado para o estado e o índice apurado para o país a cada mês. Nesse momento, salienta-se, não há a acumulação de 12 meses — apenas a conversão do estoque de empregos verificado a cada mês em um número-índice —, de modo que as oscilações, especialmente os comportamentos sazonais, emergem sem atenuações.

No Gráfico 16, evidencia-se, como seria esperado a partir da análise das variações anualizadas, a tendência de aprofundamento da desvantagem gaúcha ante o resultado do País na cadência com que são gerados vínculos adicionais de trabalho formal. Após ter apresentado uma variação positiva muito tênue em janeiro e fevereiro últimos, a razão entre o índice gaúcho e o índice nacional chegava, em abril de 2026, a 93,5% (razão de 0,935). O estoque de vínculos formais no Rio Grande do Sul havia se elevado 19,2% (índice de 119,2), contra 27,5% do Brasil (índice de 127,5), tomando-se as médias de 2020 como referência para cada recorte territorial.

Gráfico 16 - Índice do estoque de empregos formais no Brasil e no Rio Grande do Sul e razão entre eles — jan./2020-abr./2026



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

A posição de desvantagem do mercado formal de trabalho gaúcho torna-se ainda mais patente quando se expande a comparação do agregado nacional para o conjunto das 27 UFs do qual o Rio Grande do Sul faz parte. Como foi antecipado — e, ademais, vem sendo resultado recorrente nos últimos anos, a cada análise trimestral que se realiza —, o Rio Grande do Sul ocupou a última colocação no ordenamento das variações do emprego legalizado, nos 12 meses encerrados em abril de 2026; o mesmo havia ocorrido no recorte dos meses correspondentes entre 2023 e 2024 e se repete quando se toma o acumulado dos 72 meses entre o primeiro abril da série, o de 2020, e o último do corrente ano. Das quatro periodizações consolidadas na **Tabela 7**, apenas no intervalo entre abr./2024 e abr./2025 o Rio Grande do Sul cedeu a última posição (para o Mato Grosso do Sul), para ocupar a imediatamente anterior. A participação do RS no conjunto do emprego formal brasileiro recuou constantemente, iniciando a série do Novo Caged com 6,4% em 2020 — considerando-se sempre os meses de abril — e chegando a 2026 com 6%. O

primeiro décimo de ponto percentual foi perdido em 2022; recuos da mesma magnitude voltaram a acontecer em 2023, 2024 e 2026.

Nos 12 meses mais recentes, o segundo resultado menos expressivo foi o de Minas Gerais, ainda assim quase o dobro do gaúcho (1,1% *versus* 0,6%). Em seguida, nessa ordem inversa dos crescimentos, vieram Espírito Santo (1,5%), São Paulo e Tocantins (1,6% em ambas as UFs). O destaque positivo, com percentual de expansão do mercado formal mais de três vezes superior aos 2,3% do agregado nacional, foi o Amapá (7,9%). O segundo melhor desempenho foi o da Paraíba (6,1%), seguindo-se o do Piauí (5,4%) e o do Acre (5,3%). Salienta-se, todavia, que a soma das participações dessas quatro UFs no total do emprego formal nacional limita-se a 2,4%, bem menos da metade dos 6% que o Rio Grande do Sul ainda detém. Esse elemento ajuda a não sobredimensionar a relevância desses desempenhos relativos estaduais no quadro geral do emprego brasileiro.

Tabela 7 - Estoque de vínculos formais de trabalho em abr./2026 e variações do emprego formal (abr./2020-abr./2026) no Brasil e nas unidades da Federação (UFs)

BRASIL E UFs	ABR/2026		VARIÇÃO %			
	Estoque	Participação no Total Nacional	2026 2025	2025 2024	2024 2023	2026 2020
Brasil	47.810.425	100,0	2,3	3,6	3,9	28,7
Amapá	106.340	0,2	7,9	9,9	10,1	60,0
Paraíba	551.209	1,2	6,1	5,6	5,7	40,2
Piauí	374.673	0,8	5,4	4,2	6,4	36,1
Acre	110.577	0,2	5,3	4,8	7,3	47,9
Sergipe	350.489	0,7	5,1	4,8	4,7	30,0
Maranhão	639.318	1,3	5,0	4,3	3,0	41,7
Pernambuco	1.522.292	3,2	4,8	4,7	4,3	35,8
Distrito Federal	1.059.533	2,2	4,8	4,6	4,5	32,4
Bahia	2.176.213	4,6	4,1	4,8	3,9	36,2
Ceará	1.390.319	2,9	3,9	4,0	4,7	35,2
Alagoas	441.332	0,9	3,8	5,5	2,5	40,8
Amazonas	570.689	1,2	3,4	6,3	5,3	44,6
Pará	1.005.888	2,1	3,1	4,0	5,3	37,7
Rio de Janeiro	3.838.812	8,0	2,8	3,2	4,8	26,1
Mato Grosso	969.559	2,0	2,6	2,9	4,8	36,9
Rio Grande do Norte	530.130	1,1	2,5	6,5	5,8	35,7
Rondônia	299.123	0,6	2,4	3,7	4,4	31,8
Mato Grosso do Sul	679.416	1,4	2,4	1,9	4,3	31,8
Goiás	1.584.899	3,3	2,2	3,6	4,1	35,3
Roraima	85.355	0,2	2,1	7,6	6,6	57,8
Paraná	3.289.537	6,9	1,9	3,8	4,0	27,7
Santa Catarina	2.636.675	5,5	1,9	4,0	3,6	31,0
Tocantins	234.387	0,5	1,6	4,7	6,5	45,5
São Paulo	14.641.703	30,6	1,6	3,2	3,5	24,1
Espírito Santo	932.721	2,0	1,5	3,3	4,9	31,0
Minas Gerais	4.937.966	10,3	1,1	2,7	3,5	26,2
Rio Grande do Sul	2.847.387	6,0	0,6	2,5	2,2	19,6
Não identificado	3.883	-	-	-	-	-

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

Conforme tem sido reiterado no acompanhamento trimestral do mercado de trabalho gaúcho, estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm-se destacado pelos mais altos percentuais de crescimento do emprego formal no país. Enquanto a expansão acumulada do número de vínculos formais de trabalho do Brasil foi de 28,7% entre abril de 2020 e abril deste ano, a da Região Norte chegou a 41,2%, a da Nordeste foi de 36,6%, e a da Centro-Oeste alcançou 34,4%. As Regiões Sul e Sudeste chegaram praticamente juntas nesse recorte temporal, com 25,9% e 25,1% de elevação dos seus estoques respectivamente. O diferencial negativo do Rio Grande do Sul, nesse sentido, expressa movimentos mais gerais de redistribuição espacial do emprego entre as grandes regiões do país, mas se verifica também — e ganha maior relevância — quando reaparece na comparação com UFs que lhe são mais

próximas espacial, econômica e historicamente. Nesses 72 meses em que a Região Sul acumulou 25,9% de aumento do emprego formal, a expansão, no estado, limitou-se a 19,6%.

2.2 DESEMPENHO SETORIAL DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO GAÚCHO

O saldo de 16,7 mil vínculos formais de trabalho adicionais que o Rio Grande do Sul registrou entre abril de 2025 e abril de 2026 deveu-se, fundamentalmente, ao setor serviços, que acrescentou 22,6 mil novos postos ao seu estoque no período, em um crescimento relativo de 1,9%. O segundo maior volume líquido de novos empregos veio da agropecuária (2 mil). Esse setor, que, nos 12 meses imediatamente anteriores, tinha registrado redução de 1,7 mil vínculos, representava, em abril último, apenas 3,6% do emprego formal gaúcho, mas aportou 12,2% do saldo final dos últimos 12 meses, com um crescimento de 2% de sua força de trabalho legalizada. Sem praticamente alteração nesse intervalo mais recente, construção e comércio tiveram variações de 0,2% e -0,1%, respectivamente, com saldos de 302, a primeira, e -696, o segundo. O movimento de retração, que contribuiu para tornar o saldo geral tão pouco expressivo, veio da indústria, que eliminou 7,6 mil vínculos no cômputo de admissões e desligamentos, uma perda de 1% em seu estoque. Esse é o segundo maior setor em número de empregados formais no estado, com 26% do total, em abril último, superado apenas por serviços, que detinha 42,5%. No período abr./2024-abr./2025, a indústria tinha logrado crescer 1,7%, ultrapassando, então, apenas a agropecuária nesse quesito de variação relativa.

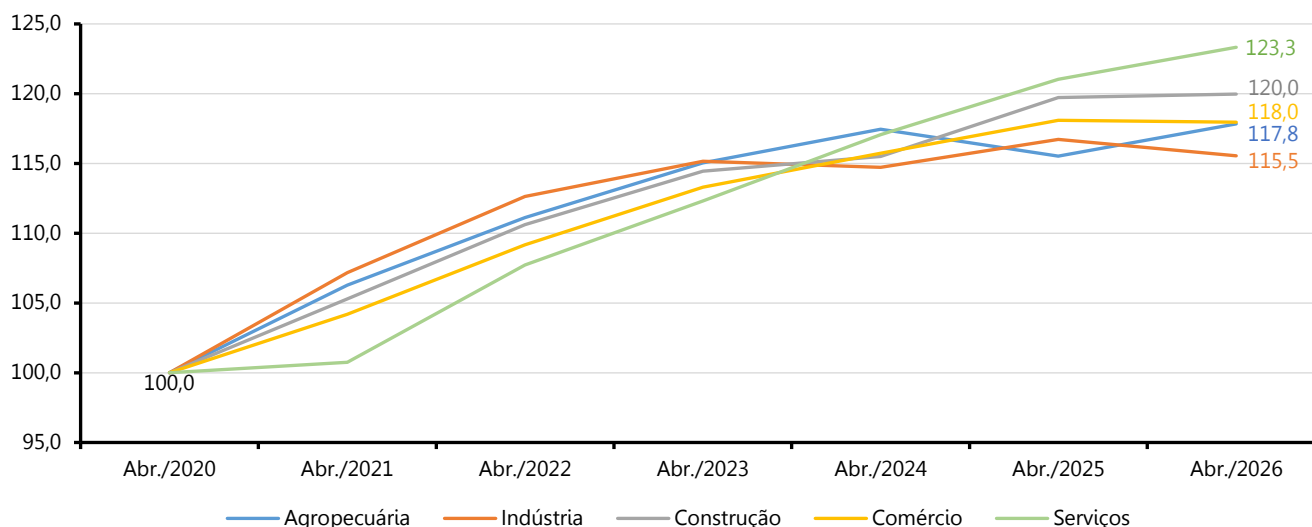
Tabela 8 - Estoques, variações e participação na formação do saldo do emprego formal, por grande grupamento setorial, no Rio Grande do Sul — abr./2025-abr./2026

GRUPAMENTO	ESTOQUE		VARIÇÕES ABR/2025-ABR/2026		
	Abr./2026	Participação %	Crescimento Relativo (%)	Saldo	Participação % no Saldo
Agropecuária	103.862	3,6	2,0	2.036	12,2
Indústria	741.338	26,0	-1,0	-7.557	-45,4
Construção	144.030	5,1	0,2	302	1,8
Comércio	648.998	22,8	-0,1	-696	-4,2
Serviços	1.209.160	42,5	1,9	22.573	135,5
TOTAL	2.847.388	100,0	0,6	16.658	100,0

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

Quando se consideram os seis anos abrangidos de abril de 2020 até o mesmo mês deste ano (**Gráfico 17**), a indústria foi, também nesse caso, o setor cujo contingente teve elevação menos significativa (15,5%), enquanto serviços liderou, com aumento de 23,3% do número de empregados formais. Como se constata, a dispersão não foi muito elevada. Com variações intermediárias, encontram-se agropecuária (17,8%), comércio (18%) e construção (20%). É interessante observar que os dois grupamentos setoriais que acumularam os percentuais mais extremos, nesse período de seis anos, inverteram a posição na qual evoluíram em torno da metade do período. Até abril de 2023, o índice mais elevado permaneceu com a indústria, enquanto o mais baixo tocava aos serviços. Os dois primeiros anos desse intervalo de tempo, ao menos, foram bastante influenciados pela emergência sanitária associada à pandemia de COVID-19, que afetou de modo drástico as atividades terciárias, mais dependentes da interação direta entre consumidores e ofertantes, ao passo que a indústria conseguiu expandir produção e emprego em uma conjuntura ambígua, em que havia menor permeabilidade à concorrência de produtores externos, em razão das restrições aos fluxos internacionais de transporte, mas em que o acesso a insumos importados, pela mesma razão, se mostrava um desafio. Ao mesmo tempo, houve expansão da demanda em alguns segmentos associados ao maior tempo de permanência das pessoas em seus domicílios, em razão do isolamento social (como alimentos e bebidas, móveis, materiais de construção), além de produtos relacionados à saúde. Além desses, os setores de máquinas e equipamentos, manutenção, reparação e instalação de máquinas, além de outros produtos de metal e madeira demonstraram capacidade de crescer com percentuais bastante superiores aos do conjunto do mercado de trabalho naquela conjuntura. De forma gradual, o setor serviços retomou a regularidade de suas atividades e recuperou seus estoques de trabalhadores, assumindo a liderança setorial em um contexto, como já foi visto, de desaceleração geral da expansão do emprego formal no país e no estado, ao mesmo tempo que a indústria perdeu impulso.

Gráfico 17 - Índice do estoque de empregos formais, segundo os grandes grupamentos setoriais, no Rio Grande do Sul — abr./2020-abr./2026



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

Em uma abordagem setorial mais desagregada, identificaram-se as divisões da CNAE 2.0 que apresentaram as variações percentuais do estoque de emprego e/ou os saldos absolutos de vínculos de trabalho mais extremos, vale dizer, os mais elevados e os mais baixos, quer positivos, quer negativos, nos dois principais recortes temporais aqui valorizados — o período abr./2025-abr./2026 e os seis anos compreendidos desde abril de 2020 até o último resultado disponível do Novo Caged (**Tabela 9**).

Nos 12 meses mais recentes, o maior número de postos adicionais formalizados registrou-se em uma divisão da indústria de transformação (IT), a indústria de alimentos. Foram 5,1 mil postos a mais, em uma variação percentual que também se destacou (3,3%, ante o 0,6% do agregado do mercado formal). As cinco posições seguintes, pelo critério de número de novas vagas, ocorreram em divisões de serviços: serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas; atividades de atenção à saúde humana; e atividades de organizações associativas foram as três principais, com saldos entre 2,8 mil e 4,4 mil vínculos adicionais. A primeira dessas três divisões de serviços foi também destaque pela variação relativa (5,1%). Entretanto, por esse critério, os percentuais mais elevados de expansão verificaram-se em atividades econômicas com estoques de empregados bem menos expressivos: publicidade e pesquisa de mercado elevou em 22% o seu contingente nesses 12 meses. Seguiram-se agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas (17%), atividades artísticas, criativas e de espetáculos (16%) e fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (14,2%).

No quadrante negativo, o destaque em percentual de retração foi seleção, agenciamento e locação de mão de obra (-7,4%), seguida de correio e outras atividades de entrega (-7%), obras de infraestrutura (-6,7%) e preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (-6,4%). Esta última, uma das divisões com mais de 50 mil empregados formais no estoque de abril último, abriu o ordenamento de mais drásticos encolhimentos pelo critério de número absoluto de postos perdidos: foram -5,9 mil nos 12 meses encerrados em abril de 2026. Seguiram-se a já referida obras de infraestrutura (-2,2 mil), fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (-2,1 mil) e fabricação de máquinas e equipamentos (-1,7 mil). Percebe-se a coerência entre o comportamento dessas divisões e os resultados dos grandes grupamentos anteriormente analisados: a indústria destaca-se nos maiores volumes de perdas de vínculos de trabalho, e os serviços, majoritariamente, entre as maiores elevações de estoques de empregos formais.

Tabela 9 - Estoques e variações do emprego formal total, segundo divisões selecionadas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), no Rio Grande do Sul — abr./2020-abr./2026

DIVISÕES DA CNAE 2.0	ESTOQUE EM ABR/2026	VARIÇÃO %		SALDO	
		Abr./2026 Abr./2025	Abr./2026 Abr./2020	Abr./2026 Abr./2025	Abr./2026 Abr./2020
Fabricação de produtos alimentícios	157.860	3,3	17,2	5.082	23.187
Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas	90.282	5,1	54,9	4.371	31.991
Atividades de atenção à saúde humana	192.379	1,9	22,4	3.506	35.268
Atividades de organizações associativas	41.291	7,3	19,4	2.817	6.716
Publicidade e pesquisa de mercado	15.329	22,0	177,0	2.760	9.795
Serviços especializados para construção	61.463	2,4	45,1	1.442	19.097
Construção de edifícios	51.963	2,1	6,5	1.075	3.155
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	4.693	17,0	25,0	681	938
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	14.400	2,9	70,6	401	5.961
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	2.339	14,2	28,0	291	511
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	3.026	8,6	27,3	240	649
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial	4.729	5,2	89,8	235	2.238
Transporte terrestre	131.945	0,1	8,3	192	10.143
Atividades veterinárias	2.149	9,6	74,7	189	919
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	1.336	16,0	82,5	184	604
Comércio varejista	458.753	0,0	15,5	86	61.560
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	7.397	0,5	103,8	35	3.768
Transporte aéreo	1.524	2,4	-19,3	35	-364
Atividades de rádio e de televisão	6.000	-0,1	-10,2	-7	-685
Captação, tratamento e distribuição de água	6.104	-0,9	-13,6	-58	-958
Edição e edição integrada à impressão	3.519	-2,4	-23,7	-85	-1.092
Correio e outras atividades de entrega	7.307	-7,0	-18,4	-551	-1.649
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	121.295	-0,6	27,6	-691	26.204
Seleção, agenciamento e locação de mão de obra	18.506	-7,4	90,2	-1.470	8.778
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	62.112	-2,4	21,2	-1.510	10.852
Fabricação de máquinas e equipamentos	72.463	-2,3	28,0	-1.679	15.845
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	46.504	-4,4	13,5	-2.124	5.539
Obras de infraestrutura	30.604	-6,7	6,0	-2.215	1.725
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	85.809	-6,4	-2,8	-5.855	-2.432
Rio Grande do Sul	2.847.388	0,6	19,6	16.658	466.980

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

Nota: 1. Foram desconsideradas as divisões com menos de 1.000 trabalhadores formais em abril de 2026.

2. Realçadas em cinza, constam as divisões com, ao menos, 50.000 vínculos de emprego formal em abril de 2026.

3. Selecionaram-se para esta tabela as atividades que ocuparam as posições mais extremas, positiva ou negativamente, seja nos saldos de emprego, seja nas variações percentuais em ao menos um dos dois intervalos temporais analisados.

Quando se passa aos resultados acumulados entre abril de 2020 e abril de 2026, observa-se, primeiramente, que, entre as divisões com maiores contingentes (acima de 50 mil empregados formais), apenas uma mereceu destaque entre os mais baixos saldos, quando, no recorte de 12 meses, haviam sido três. Nesse período ampliado, volta a comparecer entre os piores resultados o setor coureiro-calçadista (-2,4 mil postos), o mais adverso saldo, independentemente do contingente das atividades econômicas. Seguem-se, em volume de perdas, correio e outras atividades de entrega (-1,6 mil) e edição e edição integrada à impressão (-1,1 mil). Pelo critério relativo, as variações mais severas são lideradas pela referida divisão de edição (-23,7%) e, na sequência, transporte aéreo (-19,3%) e, também aqui, correio e entregas (-18,4%).

Os melhores desempenhos, no cômputo dos seis anos de Novo Caged, ficaram, pelo critério de número de empregos formais adicionais, com comércio varejista (61,6 mil), atenção à saúde humana (35,3 mil), serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas (32 mil), comércio por atacado (26,2 mil) e fabricação de produtos alimentícios (23,2 mil). Dessas cinco divisões, apenas serviços de escritório destacou-se também pelo percentual de crescimento, com 54,9% de expansão. Esse foi o oitavo maior resultado, e as sete divisões que o superaram tinham estoques bem menos vultosos (com um máximo de 18,5 mil em abril último). A primeira

dessas foi publicidade e pesquisa de mercado, que elevou em 177% seu contingente, seguida por outras atividades profissionais, científicas e técnicas (103,8%) e seleção, agenciamento e locação de mão de obra (90,2%).

2.3 ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES ADICIONAIS INCORPORADOS AO EMPREGO FORMAL

O Novo Caged, como já se teve oportunidade de registrar, não apresenta informações sobre o perfil dos trabalhadores para o total dos indivíduos empregados em vínculos formais. O tratamento possível a partir dessa fonte — mais tempestiva do que a RAIS e, portanto, de grande valia para a apreensão de movimentos conjunturais — parte dos saldos por categorias de trabalhadores (segundo sexo, idade e escolaridade, neste caso), os quais resultam da subtração do número de trabalhadores desligados ao total de trabalhadores admitidos em cada um desses grupos populacionais de interesse analítico. Esse procedimento é apenas aproximativo, e seus resultados devem ser lidos com cautela, dadas as características dos registros administrativos dessa base, que só considera e incorpora informações sobre os vínculos de emprego iniciados ou rompidos a cada intervalo considerado (sendo o mês a unidade temporal mínima no Novo Caged). Ora, atributos como a escolaridade podem sofrer alterações ao longo do tempo em que um indivíduo permanece em um vínculo. Quanto à idade, com ainda mais razão. Assim, os saldos aqui apresentados e analisados, conforme esses três grandes atributos, servem como indícios das maiores ou menores probabilidades que determinadas categorias de trabalhadores apresentam de serem incorporadas ao segmento mais estruturado e protegido do emprego. E as alterações nos resultados desse tratamento ao longo do tempo são, para esse fim, tão ou mais importantes do que os saldos mesmos que dele resultam.

Iniciando-se pela distribuição dos vínculos adicionais entre os sexos, a predominância das mulheres na composição dos saldos de emprego tem-se expandido nas sucessivas análises trimestrais. Nos últimos 12 meses disponíveis, chegou-se a espetaculares 96,2% de representação feminina na formação do (pequeno) incremento de 16,6 mil postos verificado. Couberam a elas 16 mil dessas vagas, enquanto, aos homens, meras 625 (**Tabela 10**).

Tabela 10 - Distribuição do saldo do emprego formal e participação no saldo de abr./2025-abr./2026 e participação no estoque de emprego formal em 31/dez./2025, segundo tributos selecionados dos trabalhadores, no Rio Grande do Sul

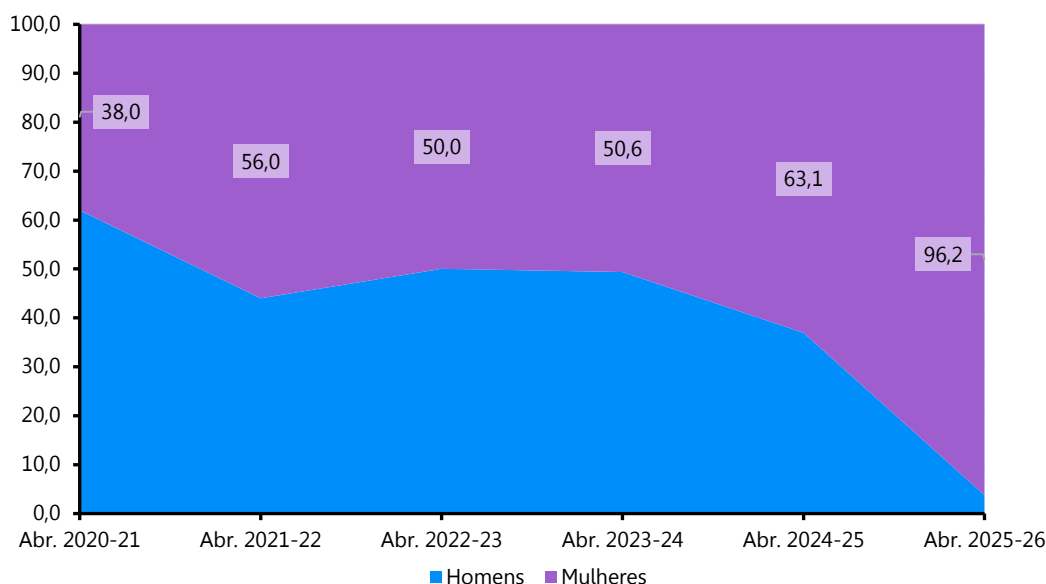
DISCRIMINAÇÃO	NOVO CAGED		RAIS (31/12/2025)	
	Saldo em Abr./2025-Abr./2026	Participação % no Saldo	Estoque em 2025	Participação % no Estoque
Sexo (total)	16.658	100,0	3.326.988	100,0
Homens	625	3,8	1.723.119	51,8
Mulheres	16.033	96,2	1.603.869	48,2
Escolaridade (total)	16.658	100,0	3.326.988	100,0
Analfabeto	500	3,0	7.482	0,2
Fundamental incompleto ...	-1.918	-11,5	285.024	8,6
Fundamental completo	-3.408	-20,5	252.533	7,6
Médio incompleto	8.925	53,6	241.068	7,2
Médio completo	16.420	98,6	1.485.241	44,6
Superior incompleto	-756	-4,5	164.355	4,9
Superior completo	-3.105	-18,6	891.285	26,8
Faixa etária (total)	16.658	100,0	3.326.988	100,0
Menos de 18 anos	27.798	166,9	49.388	1,5
De 18 a 24 anos	33.693	202,3	418.092	12,6
De 25 a 29 anos	-4.778	-28,7	416.254	12,5
De 30 a 39 anos	-11.647	-69,9	852.772	25,6
De 40 a 49 anos	-6.710	-40,3	836.156	25,1
De 50 a 64 anos	-15.922	-95,6	520.385	15,6
65 ou mais	-5.776	-34,7	233.941	7,0

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).
RAIS (Brasil, 2026a).

Dada a referida inexistência de informações sobre o estoque de trabalhadores em atividade no Novo Caged, recorre-se, também aproximativamente (consideradas as diferenças metodológicas e de cobertura entre as duas séries estatísticas), aos resultados da RAIS para constatar que, no estado, as mulheres ainda eram, ao final de 2025,

minoria entre os empregados formais, respondendo por 48,2% dos vínculos ativos. A distribuição entre os sexos, ao longo da série histórica da pesquisa, tem mostrado paulatina convergência, aproximando-se já da paridade. Entretanto, tomando-se os saldos anualizados dos últimos seis anos a partir do Novo Caged — sempre recortados nos meses de abril —, observa-se um viés muito claro e ascendente em favor do emprego feminino (**Gráfico 18**). Apenas no intervalo abr./2020-abr./2021, auge dos efeitos da COVID-19 sobre o mercado de trabalho, computou-se uma sólida predominância masculina na elevação do emprego. Já a partir do intervalo seguinte, o mínimo que se verificou foi a perfeita igualdade (2022-23), ou algo muito perto disso (2023-24). A superioridade da participação das mulheres apresentou-se em 2021-22, com 56%, voltando a recuar para patamares de qualquer modo superiores à participação delas no total de empregados colhida na última RAIS. Em abr./2024-abr./2025, saltou para 63,1% e, nos últimos 12 meses, a presença feminina no saldo beirou a exclusividade. Como já foi referido, o número de empregos adicionais gerados nesse último período foi especialmente baixo. Nos intervalos anteriores, o menor saldo havia sido pouco superior a 60 mil, em 2023-24. Esse elemento, combinado com a distribuição setorial dos postos gerados no período, com um saldo em serviços superior ao resultado global do mercado formal, tendo-se presente que esse agregado setorial tem predominância feminina em sua força de trabalho (58,2% ao final de 2025 conforme a RAIS), constitui pista para uma análise mais detida desse fenômeno, a qual não será aqui enfrentada.

Gráfico 18 - Participação de homens e mulheres na formação dos saldos do emprego formal no Rio Grande do Sul — abr./2020-abr./2026



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

Também no que se refere à distribuição etária dos indivíduos que protagonizaram o saldo positivo do mercado formal de trabalho, o período abr./2025-abr./2026 marcou extraordinária exacerbação da tendência de favorecimento do ingresso dos menores de idade e dos trabalhadores entre 18 e 24 anos. Com 27,8 mil admissões a mais do que desligamentos⁸, o saldo da categoria até 17 anos foi 1,7 vez superior ao do conjunto do mercado de trabalho gaúcho, tendo-se presente que sua participação na RAIS, ao final de 2025, limitava-se a 1,5%. Já o segmento entre 18 e 24 anos (que detinha 12,5% do emprego na RAIS de 2025) produziu um saldo de 33,7 mil vínculos formais, correspondente, portanto, a 202,3% do saldo total do mercado. Agrupados os indivíduos com até 24 anos, computa-se um adicional de 61,5 mil postos, 3,7 vezes superior aos 16,7 mil empregos criados no Rio Grande do Sul nesses 12 meses mais recentes da série do Novo Caged.

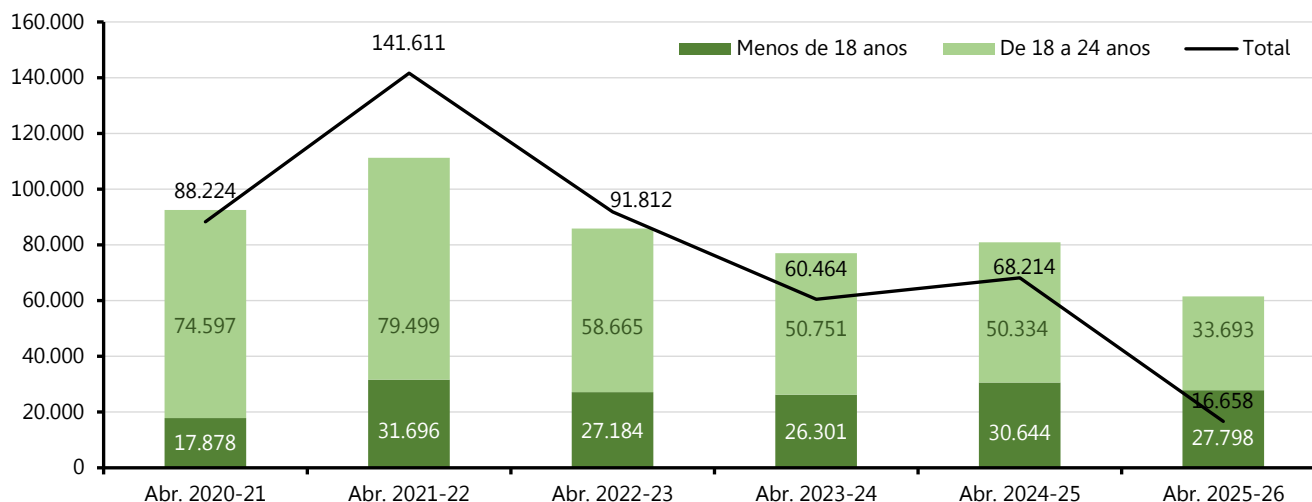
A diferença a maior do resultado dos jovens com até 24 anos de idade ante o total do mercado, de 44,8 mil vínculos formais, explica-se pelos saldos negativos verificados em todas as faixas etárias sucessivas, com maiores perdas absolutas nas faixas de 50 a 64 anos (-15,4 mil) e de 30 a 39 anos (-11,6 mil). Cumpre lembrar que os menores

⁸ A destacar que, ainda segundo o Novo Caged, o saldo de contratos pela modalidade aprendiz, entre abril de 2025 e abril de 2026, limitou-se a 4,2 mil no Rio Grande do Sul,

de idade e os indivíduos muito jovens costumam receber as menores remunerações e ocupar postos em que a ausência de experiência e mesmo de maturidade pessoal se associam a menores responsabilidades e mais baixa complexidade técnica das tarefas, o que pode trazer indicações sobre a qualidade dos (relativamente poucos) empregos que vêm sendo criados no mercado formal gaúcho.

Tendo-se presentes as limitações dos saldos do Novo Caged para apreender as alterações precisas dos contingentes empregados, mas recuperando-se a convicção, já afirmada, de que as tendências de evolução desses vieses trazem importantes indicações, apresentam-se, no **Gráfico 19**, os saldos do emprego das duas categorias consideradas aqui “muito jovens” e os resultados para o emprego total do estado nos seis intervalos anualizados facultados pela base estatística em análise. Como se observa visualmente, em quatro desses períodos, o número de postos adicionais das duas faixas mais jovens, tomadas conjuntamente, ultrapassou o saldo total do emprego. A intensidade com que isso ocorreu no último intervalo de 12 meses é bastante excepcional e muito possivelmente se vincula à magnitude especialmente baixa do saldo global do período. Consta-se, a esse propósito, que a dispersão dos resultados das faixas etárias selecionadas é consideravelmente menor do que a do mercado de trabalho como um todo, o que poderia até mesmo sugerir uma certa “rigidez” na movimentação (admissões e desligamentos) desses segmentos populacionais, possivelmente amplificada pelo efeito estatístico já referido. Este decorre do fato que um menor de idade, por exemplo (tratando-se da faixa de 14 a 17 anos, a mais restrita em número de anos abrangidos), caso permaneça no vínculo de emprego ao completar 18 anos, “deixará” sua coorte, mas não será nela computado como um desligado e tampouco o será como um ingressante — ou admitido, no léxico do Novo Caged — no segmento etário seguinte. Seja na compreensão das causalidades do fenômeno que os dados sugerem, seja na crítica e no refinamento das fontes que lhes servem de suporte, parece haver aqui um importante veio para estudos de aprofundamento.

Gráfico 19 - Saldos do emprego formal total e de faixas etárias selecionadas no Rio Grande do Sul — abr./2020-abr./2026



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

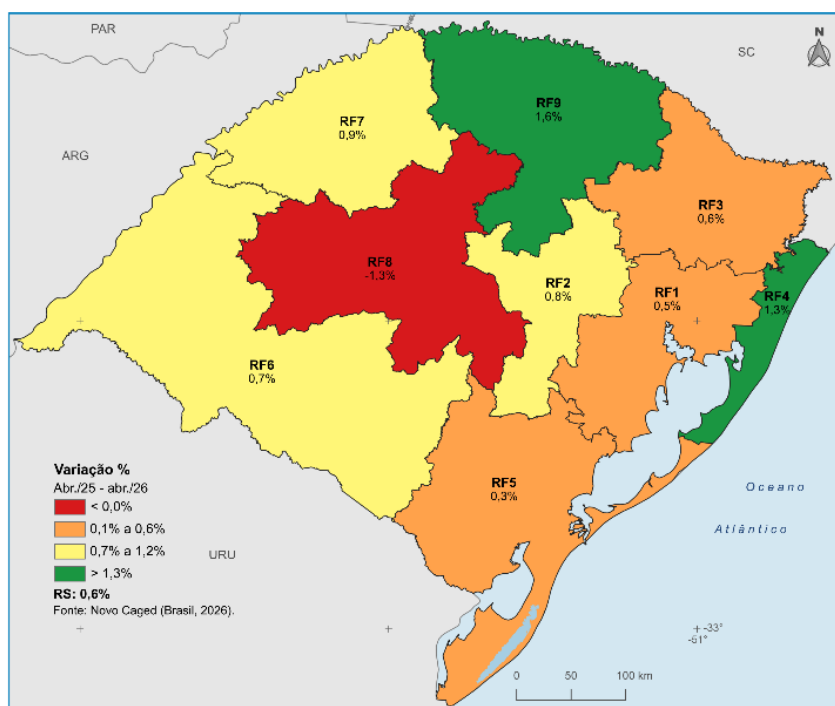
Por fim, na dimensão da escolaridade, percebe-se, mais uma vez, a continuidade das tendências repetidamente apresentadas neste boletim, com destaque para o estreitamento das oportunidades de engajamento no mercado formal de trabalhadores com credenciais educacionais inferiores ao ensino médio incompleto. Desconsidera-se, aqui, a categoria dos analfabetos, residual (detinha 0,2% do estoque da RAIS em 2025). Os trabalhadores que tinham ensino fundamental incompleto e ensino fundamental completo representavam 16,2% do total de empregados ao final de 2025, segundo a RAIS. Já nos últimos 12 meses captados pelo Novo Caged, seus saldos foram negativos, atingindo -1,9 mil e -3,4 mil respectivamente. O contingente com ensino médio incompleto logrou uma expansão de 8,9 mil vínculos, no cômputo de admissões e desligamentos, entre abril do ano passado e abril último, o que equivale a 53,6% do saldo geral do emprego formal gaúcho, bem superior aos 7,2% que esse grupo representava no universo apreendido pela RAIS de 2025. O fulcro da expansão dos postos de trabalho é, de fato, o ensino médio completo: para esse segmento, apurou-se um adicional de 16,4 mil empregos no estado, nos últimos 12 meses,

praticamente idêntico ao resultado de todas as faixas etárias conjuntamente. Na RAIS de 2025, seu contingente era, com larga vantagem, o maior, correspondendo a 44,6% do mercado formal. Já os dois grupos com escolaridades mais elevadas voltaram a apresentar saldos negativos. Os diplomados em ensino superior, segundo maior segmento na distribuição por escolaridade da RAIS de 2025 (26,8% do total de empregados formais gaúchos), perderam 3,1 mil vagas, nos últimos 12 meses do Novo Caged. No rastro desse comportamento, os indivíduos com ensino superior incompleto (4,9% no total de empregados do final de 2025) tiveram saldo de -756 no intervalo mais recente.

2.4 DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO CRESCIMENTO DO EMPREGO NO RS

A análise dos percentuais de crescimento do emprego formal, seja nos últimos 12 meses disponíveis no Novo Caged, seja no período de seis anos aqui contemplado, recoloca, atualizando-a, a reconhecida heterogeneidade regional que se verifica no Rio Grande do Sul. Entre abril de 2025 e o mesmo mês deste ano, enquanto o agregado do estado registrou elevação de 0,6%, os resultados das nove RFs (**Mapa 1**) distribuíram-se entre o mínimo de -1,3% na RF 8 (Central), a única com variação negativa, e o máximo de 1,6% na RF 9 (Norte). O segundo melhor desempenho ocorreu na RF 4 (Litoral), com 1,3% de expansão. Com resultados no campo positivo, mas com crescimentos relativos inferiores aos do agregado do estado, encontram-se a RF 5 (Sul), com 0,3%, e a RF 1 (Metropolitana), com 0,5%.

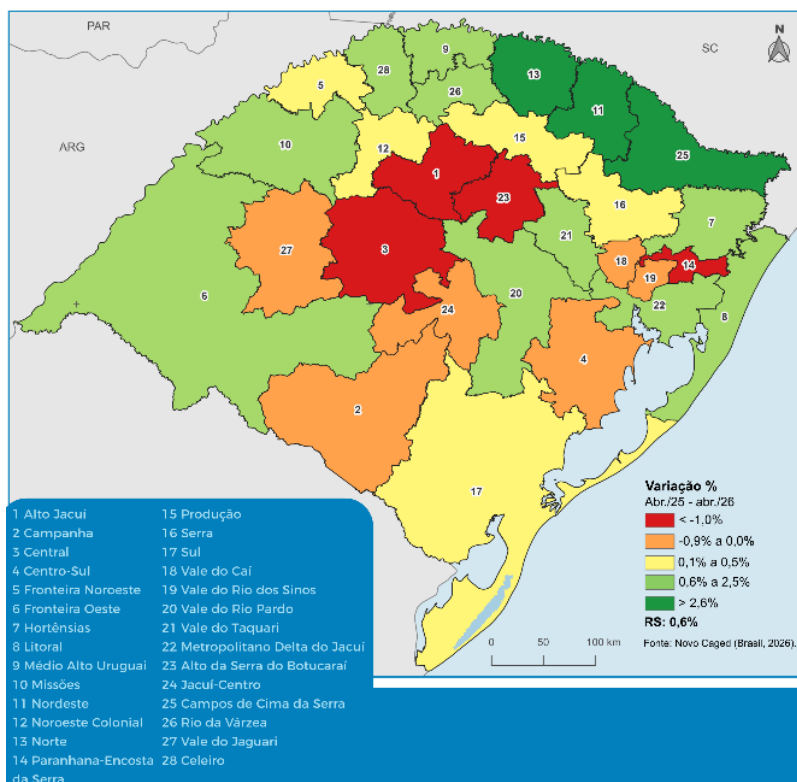
Mapa 1 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — abr./2025-abr./2026



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

Em um passo sucessivo na desagregação do território, utilizando-se a regionalização do estado em 28 Coredes (**Mapa 2**), a frequência — e a proporção — de variações negativas eleva-se significativamente: 10 Conselhos perderam contingente formalmente empregado entre abr./2025 e abr./2026. Dois desses situaram-se muito próximos da estagnação, com percentuais de -0,1% (Centro-Sul) e -0,3% (Jacuí-Centro). As mais severas contrações do mercado formal de trabalho registraram-se no Alto Jacuí (-2,7%) e Paranhana-Encosta da Serra (-2,1%). Positivamente, despontaram o Nordeste, com 5,4% de expansão (nove vezes superior à do agregado do estado), Campos de Cima da Serra (3,8%) e Norte (3%). Desses três Coredes, Campos de Cima da Serra integra a RF 3, que teve um desempenho pálido, idêntico ao do RS, enquanto os outros dois fazem parte da RF 9, que liderou o crescimento do emprego gaúcho, quando se consideram as variações relativas. Embora pertencendo a duas Regiões Funcionais diferentes, os três conselhos com melhores resultados formam uma extensão contínua, como se observa no Mapa 2.

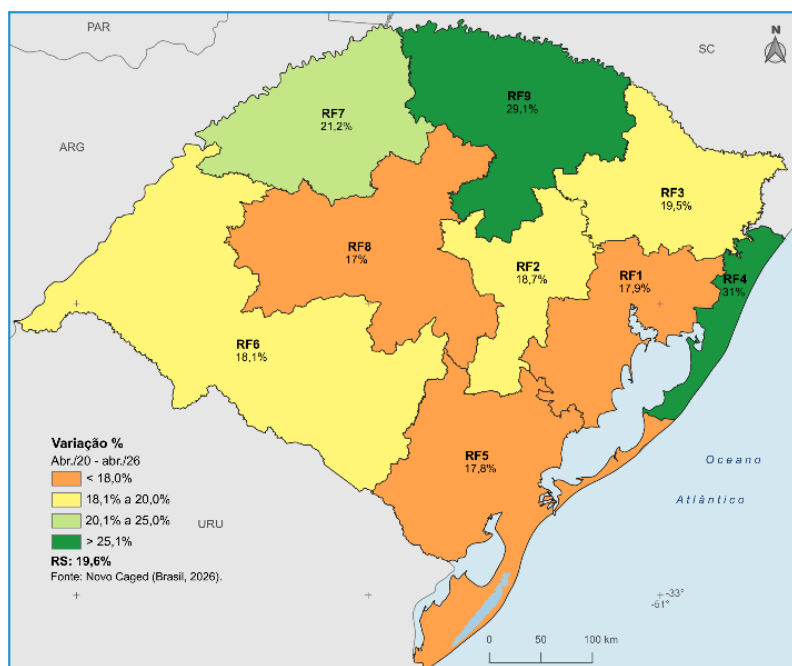
Mapa 2 - Variação do emprego formal nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul — abr./2025-abr./2026



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

No intervalo temporal de seis anos (abr./2020-abr./2026), a dispersão dos resultados é significativamente menor. A região que conquistou o mais elevado crescimento relativo (31%) foi a RF 4, muito à frente dos 19,6% registrados no agregado do mercado formal gaúcho no mesmo período. Nesse recorte temporal, a RF 9 ficou com a segunda melhor colocação — bastante próxima à da líder, Litoral —, alcançando 29,1% de expansão (**Mapa 3**).

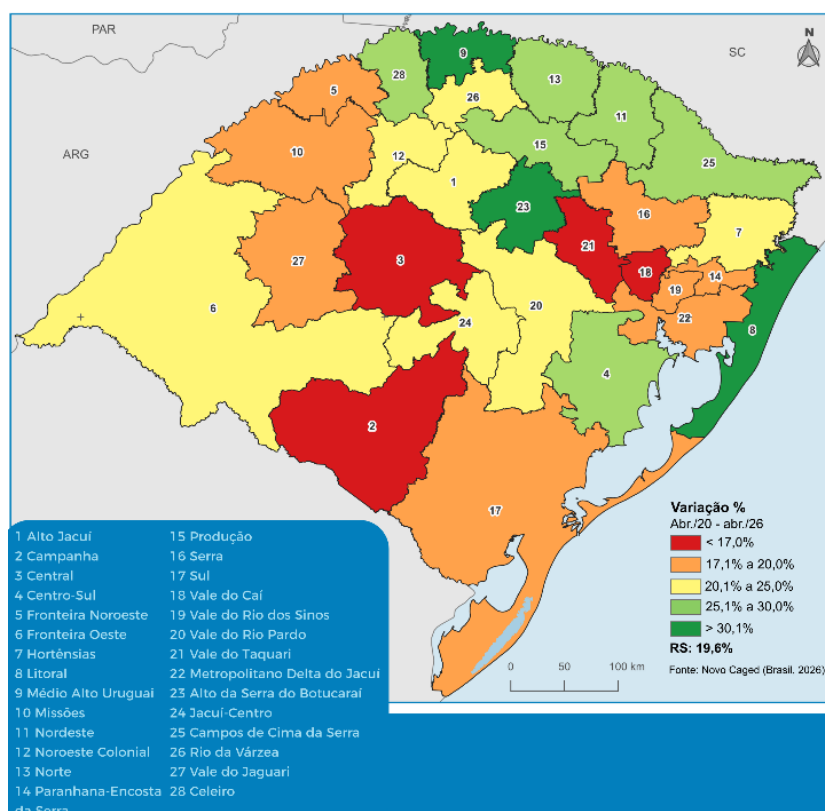
Mapa 3 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — abr./2020-abr./2026



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

Transitando-se para a escala territorial dos Coredes, nesse arco de 72 meses, percebe-se, de forma tão ou mais clara do que na análise por RFs, o diferencial do crescimento do emprego em favor da porção norte-nordeste do estado (**Mapa 4**). Com exceção do Conselho Centro-Sul (em que os principais municípios são Camaquã e Charqueadas), os melhores resultados localizaram-se nessa parcela do território gaúcho. Os dois desempenhos relativos mais expressivos ocorreram no Alto da Serra do Botucaraí (cujos maiores contingentes de empregados formais encontram-se nos municípios de Soledade e Espumoso), onde o emprego formal cresceu 48,6% nesses seis anos, e no Médio Alto Uruguai, que teve variação de 35,1% no período. Esses dois Conselhos fazem parte da RF 9. O terceiro percentual mais elevado de expansão foi apurado no Corede Litoral (31%), cuja delimitação coincide integralmente com a da RF 4. Os Coredes com expansão menos expressiva foram Campanha (13%), na RF6, e Central (13,9%), na RF8.

Mapa 4 - Variação do emprego formal nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul — abr./2020-abr./2026



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto o Rio Grande do Sul quanto o Brasil tiveram, nos 12 meses que se concluíram em abril último, a mais reduzida variação do emprego formal desde o primeiro quadrimestre de 2021. A desaceleração prosseguiu com especial intensidade no estado, cujo crescimento anualizado, nesse período mais recente, de 0,6%, equivaleu a cerca de uma quarta parte dos 2,3% verificados no país. Ademais, repetiu-se, para o mercado formal gaúcho, a última colocação entre as 27 UFs no ordenamento das intensidades da variação do emprego. Essa posição relativa contrasta com a boa situação do Rio Grande do Sul na comparação nacional de indicadores globais do mercado de trabalho, analisados na seção 1, como a taxa de desocupação, o nível de ocupação ou a informalidade, entre outros. Acredita-se que essa aparente tensão analítica deva ser compreendida à luz da taxa de expansão do Produto Interno Bruto gaúcho, a menor do país na média das variações anuais entre 2002 e 2023, e tendo-se presente a já configurada diminuição da população potencialmente ativa do estado.

A indústria foi o setor com a maior eliminação de vínculos formais de trabalho, entre abril de 2025 e abril deste ano, no mercado formal gaúcho (-7,6 mil vagas). A política monetária restritiva e as incertezas no cenário externo tendem a prolongar essa conjuntura de escasso dinamismo no setor, em nível nacional e estadual (Boletim de Conjuntura [...], 2026). Também o comércio registrou pequena retração, mais próxima à estabilidade. Ainda que com sinal positivo, a construção foi outro grupamento setorial que se mostrou virtualmente estagnado nesse período. Com um pequeno concurso da agropecuária, cerca de 2 mil vagas, coube aos serviços, como vem acontecendo nos últimos trimestres, gerar o número de postos adicionais (22,6 mil) capaz de compensar as perdas de outros setores e garantir o pequeno saldo positivo de 16,7 mil vínculos de trabalho legalizado.

Das seis divisões da CNAE 2.0 que geraram maiores saldos absolutos nos últimos 12 meses, no estado, a que liderou foi, paradoxalmente, uma que integra a indústria de transformação, produtos alimentícios, com 5,1 mil postos adicionais. As cinco posições seguintes foram de divisões de serviços, em especial escritório e apoio administrativo, saúde humana e organizações associativas. As retrações mais representativas, em número de vínculos, ocorreram no segmento coureiro-calçadista (-5,9 mil), obras de infraestrutura (-2,2 mil), fabricação de veículos automotores (-2,1 mil) e máquinas e equipamentos (-1,7 mil).

O escasso saldo positivo do mercado formal gaúcho nos últimos 12 meses distribuiu-se de forma especialmente desigual entre os grupos populacionais recortados segundo atributos individuais dos trabalhadores. A predominância das mulheres, que vem sendo crescentemente afirmada, chegou ao seu paroxismo, com 96,2% dos vínculos adicionais concentrando-se na população feminina. O saldo dos indivíduos com menos de 25 anos de idade, paralelamente, tem sido repetidamente superior ao resultado global do mercado de trabalho gaúcho, "compensado", matematicamente, por perdas nas faixas etárias superiores. Entre abril de 2025 e abril deste ano, a magnitude de tal desproporção atingiu, também ela, um grau inaudito: com 61,5 mil vínculos adicionais, o saldo dos jovens com até 24 anos foi 3,7 vezes superior aos 16,7 mil computados no emprego formal do estado. Quanto à escolaridade, prolongou-se, sem grandes saltos, o viés em favor dos indivíduos com ensino médio completo, com retração dos menos escolarizados e dos diplomados em nível superior.

A distribuição regional do emprego adicional no território gaúcho mostra o peso da heterogeneidade dos desempenhos, com a manutenção da liderança das regiões integrantes do norte-nordeste do estado e focos especialmente negativos, nos últimos 12 meses, em Coredes do centro do estado, no Vale do Paranhana e na Região Metropolitana.

REFERÊNCIAS

- BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 6, n. 3, 2024. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-conjuntura>. Acesso em: 21 nov. 2024.
- BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, V. 8, n.1, 2026. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-conjuntura>. Acesso em 15 mar. 2026.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 4, n. 4, 2022. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 13 jan. 2023.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 7, n. 1, 2025. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 26 fev. 2026.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 8, n. 1, 2026. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 19 mar. 2026.
- BRAGA, D.; ASSUNÇÃO, G.; HIDALGO, L. **Package PNADclBGE**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/PNADclBGE/index.html>. Acesso em: 1 fev. 2024.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Base estatística RAIS**. Brasília, DF: MTE, 2026a. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 4 jun. 2026.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET)** — Novo Caged: abril de 2026. Brasília, DF: MTE, 2026b. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged/2026/abril/pagina-inicial>. Acesso em: 28 maio 2026.
- CONCEIÇÃO, C. S.; LAZZARI, M. R.; FANTINEL, V. D. **Resultados do PIB Trimestral do Rio Grande do Sul** — 4.º trimestre de 2025. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2026. (Nota Técnica n. 127). Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//pib-trimestral-rs-4-trim-2025-nt-dee-127.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2026.
- HOFFMANN, H.; BOTASSIO, D.; JESUS, J. **Distribuição de renda** — medidas de desigualdade, pobreza, concentração, segregação e polarização. São Paulo: Edusp, 2019.
- IBGE. **Sistema de Contas Regionais**: Brasil 2023 (apresentação em PowerPoint). Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/9c2b887d59dd6c63da1b39b00c6cacce.pdf. Acesso em: 4 jun. 2026.
- IBGE. **Medidas de subutilização da força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Nota técnica, n. 2). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_022016.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: PNAD Contínua — Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2026a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2026. Acesso em: 14 maio 2026.
- IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — Divulgação Trimestral — 1.º trimestre de 2026. Rio de Janeiro: IBGE, 2026b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 14 maio 2026.
- ILO. **Key indicators of the labour market**. Geneva: ILO, 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---stat/documents/publication/wcms_498929.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.
- LUMLEY, T. **Package survey**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2026. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/survey/index.html>. Acesso em: 24 fev. 2026.

MANGANELLI, A.; BASTOS, R.; DONOSO, V. Emprego e salários: continuidade do desempenho positivo dos principais indicadores do mercado de trabalho. In: WEISS, M. (Coord.) **Carta de Conjuntura do NAPE**. Porto Alegre: FCE/UFRGS, v. 33, n. 1, 2026. Disponível em: https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2026/04/Carta-Nape_03.2026_ok.pdf. Acesso em: 4 maio 2026.

OIT. **Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo**. Genebra: OIT, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dqreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_234036.pdf. Acesso em: 5 jun. 2019.

PESSOA, D.; DAMICO, A.; JACOB, G. **Package convey**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/convey/index.html>. Acesso em: 16 out. 2024.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL